

Acção Socialista



Nº 1286 29 Junho 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

António Costa:

“Voltar a fazer com que os portugueses se orgulhem da nossa capital”

Página 10



Presidente da Federação de Santarém

4

“É importante promover o contacto com as concelhias e ouvir os camaradas”

Debate mensal

19

PM reafirma compromisso com o projecto europeu



Editorial
António José Seguro

OPINIÃO

Carlos Zorrinho
Fernando Peixinho
Óscar Gaspar
João Sequeira
Maria Santos

SUPLEMENTO



UnirLisboa
www.unirlisboa.com
António Costa

Quinta
05
JULHO

Comício
Parque Mayer
21h00

Quinta
12
JULHO

Descida
do Chiado
14h00
(concentração na “Brasileira”)

Sexta
13
JULHO

Jantar/Comício
Encerramento
20h00
Centro de Congressos de Lisboa
(antiga FIL à Junqueira)

Reservas:
Sede Nacional: 21 382 20 12/14/54/13. FAUL: 21 346 88 86

Esteja Presente!



EDITORIAL

O SENTIDO DA REFORMA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ANTÓNIO JOSÉ
SEGURO

OS PARLAMENTOS dos regimes democráticos, em todo o mundo, encontram-se envolvidos em ambientes caracterizados por grandes desafios de mudança e de modernização.

Sobre eles recaem as críticas mais severas que são dirigidas ao sistema político que integram (afastamento dos problemas do povo, só tratam de si próprios...), chegando pontualmente a questionar-se da necessidade da sua existência e, frequentemente, à defesa da redução do número de membros que os compõem.

Segundo alguns politólogos, as críticas ao Parlamento nasceram com o próprio Parlamento; estão associadas à sua natureza e à maior visibilidade do seu funcionamento. As críticas, defendem, permanecerão ligadas umbilicalmente à sua existência.

Assim sendo, estaríamos na presença de uma crítica natural que encontraria justificação na tensão entre a democracia ideal e a democracia real.

O regime democrático não é perfeito e, de todas as suas Instituições, os parlamentos são os alvos mais apetecíveis para dirigir as críticas (lugar onde só se fala, conversam uns com os outros durante as reuniões, a sala das sessões plenárias está quase vazia, não identificação com o conjunto dos parlamentares, relatos de abusos, ou, simplesmente, desconhecimento das regras de funcionamento do sistema de governo e dos trabalhos parlamentares).

De acordo com esta justificação, estaríamos perante a confirmação da necessidade do próprio sistema de governo possuir um pára-raios (que seria o Parlamento), e que funcionaria como válvula de descompressão do sistema, quando este entrasse, o que acontece recorrentemente, em excesso de carga.

Este raciocínio faz sentido, mas não explica tudo.

Se a tensão entre democracia ideal e democracia real

“Não estamos perante o desafio de criar uma nova instituição parlamentar ou de a refundar. Afastemos daí qualquer intenção ilusória ou interpretação malévola. Trata-se, antes, de compreender que os parlamentos como todas as instituições, carecem de actualização no exercício das suas funções.”

está na origem, e quase sempre estará, das críticas às instituições (especialmente ao seu funcionamento) e muito em particular aos parlamentos, esta tensão só existe como resultado da distância entre o ideal democrático e o funcionamento em concreto da democracia.

Ora, esta distância não é sempre a mesma. Aproxima-se ou afasta-se da democracia como ideal quanto melhor ou pior é o desempenho de cada sistema democrático em concreto, como têm revelado vários estudos científicos.

É precisamente sobre esta distância, que provoca um aumento ou uma diminuição da intensidade da tensão democrática, e conseqüentemente a desafectação ou a adesão dos eleitores ao sistema político, que se torna necessário actuar e onde as assembleias parlamenta-

res, em particular, têm uma obrigação especial de agir sobre si próprias.

Do sentido e da profundidade desta actuação, do parlamento sobre si próprio, da capacidade de se adaptar aos novos tempos e de se modernizar, depende o grau da qualidade de cada sistema democrático em concreto e da satisfação dos respectivos eleitores.

Não estamos perante o desafio de criar uma nova instituição parlamentar ou de a refundar. Afastemos daí qualquer intenção ilusória ou interpretação malévola. Trata-se, antes, de compreender que os parlamentos como todas as instituições, carecem de actualização no exercício das suas funções.

As comunidades onde se inserem mudaram, são mais complexas e exigem respostas de outra natureza. Como também mudaram as relações entre os parlamentos e os restantes órgãos de soberania, as novas instituições, a comunicação social, os movimentos sociais e os cidadãos.

São vários os parlamentos que têm em curso processos de reforma dos quais destacamos, pelo seu simbolismo, o Parlamento Britânico, o Congresso de los Diputados e o Parlamento Europeu.

A Assembleia da República não é um caso isolado e, de algum modo, tem vindo a efectuar alguns aperfeiçoamentos sectoriais, como aconteceu recentemente com a aprovação de legislação sobre o acompanhamento da participação de Portugal na construção europeia e sobre os inquéritos parlamentares.

Mas a reforma tem que ir para além dos melhoramentos pontuais e incorporar uma visão inovadora das principais funções da Assembleia da República, alicerçada numa nova cultura parlamentar.

Na próxima edição continuaremos a publicação deste artigo

“Foi dado um passo histórico na luta pela igualdade”

ENTREVISTA

A regulamentação da nova lei da interrupção voluntária da gravidez (IVG) entrará em vigor no próximo dia 15 de Julho.

O “Acção Socialista” colocou algumas questões relativas a esta nova realidade à presidente do Departamento Nacional de Mulheres do PS, Maria Manuela Augusto.

MARY RODRIGUES



acabar também com a vergonha que as mulheres sentiam por praticar uma IVG, trazendo finalmente a necessária transparência a todo este processo, além da possibilidade de se colocar cada vez mais mulheres e homens nas consultas de planeamento familiar do sistema nacional de saúde.

Que opinião lhe merece a redacção final do diploma? Foi esquecido algum aspecto importante?

A portaria surpreendeu-me pela positiva porque segue o sentido da necessária normalização das informações a serem prestadas à mulher e da previsão bastante pormenorizada das situações possíveis, dos procedimentos, condições de higiene, equipamentos e até dos apoios.

opção de levar ou não avante uma gravidez, atendendo aos requisitos burocráticos estabelecidos?

Tenho consciência, por um lado, de que não será fácil, especialmente nesta fase inicial, agilizar todos os procedimentos burocráticos envolvidos na prática legal da IVG de forma a respeitar os prazos dentro das 10 semanas de gestação. É preciso, pois, ter uma grande firmeza e determinação no cumprimento efectivo do disposto na portaria. Mas, estou convencida, por outro lado, de que à medida que a rotinização dos procedimentos se for conseguindo e que a experiência for acumulada, será possível otimizar o uso dos prazos legais, em particular no que diz respeito à questão essencial da marcação, o mais rápido possível, da consulta prévia.

Considera útil que todas as IVG's legais sejam inscritas num registo anónimo e confidencial que reunirá dados da utente, da intervenção e da contracepção após a interrupção da gravidez?

À primeira vista a existência de um registo pode causar algum mal-estar na medida em que pode parecer não desejável ou até inibidora. Contudo, percebendo o que está por trás desta intenção do legislador, aceita-se com mais facilidade a sua utilidade, desde

que em caso algum seja posta em causa a garantia absoluta de confidencialidade e anonimato.

É bom lembrar que, na realidade que ainda vivemos, os números relativos ao aborto clandestino podem ser apontados, mas não de forma fiável. Assim sendo, com a criação deste registo estarão dadas as condições para a realização de um estudo e para o acompanhamento da evolução dos números da IVG e dos aspectos com ela relacionados.

Estão criadas as condições para que a nova lei da IVG cumpra os seus objectivos essenciais, nomeadamente no que diz respeito ao combate ao aborto clandestino?

Não podemos ignorar que ainda vivemos o flagelo do aborto clandestino na sociedade portuguesa, porém, estou certa de que a partir da entrada em vigor desta portaria vamos assistir a uma redução significativa e progressiva dos casos de IVG feitas em condições que põem em risco a segurança, a vida e a dignidade da mulher. Mas, é preciso sublinhar além disto que, com esta portaria e com esta nova lei, se cumpre o objectivo central de assegurar condições de igualdade de oportunidade para todas as mulheres e, nesse sentido, considero que foi dado um passo histórico na luta pela igualdade.

Quais são as novidades efectivas que as mulheres portuguesas encontrarão com a entrada em vigor da regulamentação da lei da IVG?

A entrada em vigor desta portaria significa um avanço extraordinário em termos do futuro da saúde sexual e reprodutiva, não só porque respeita a vontade e a dignidade das mulheres, mas sobretudo porque lhes proporciona uma verdadeira igualdade de oportunidades, independentemente da sua situação social, ao criar as condições concretas para que elas possam decidir não assumir uma gravidez num determinado momento das suas vidas.

Importa destacar o facto de se

Considera razoáveis os prazos legais estabelecidos para que as mulheres façam exercício da sua livre

Nokia Siemens cria em Portugal centro de competências e emprega 500 engenheiros



O Governo, através da Agência Portuguesa para o Investimento (API) e a Nokia Siemens Networks Portugal, assinaram um protocolo para a instalação na região de Lisboa de um centro de competências internacional, denominado Global Service Center, para o sector das telecomunicações o qual até 2010 deverá empregar cerca de 500 engenheiros.

A CERIMÓNIA de assinatura contou com a presença do primeiro-ministro, José Sócrates, do responsável da Nokia/Portugal, João Picoto, do presidente da API, Basílio Horta e do coordenador do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho.

Para Carlos Zorrinho, a criação em Portugal de um Centro de alta tecnologia com esta importância, disputado por países com o peso da Polónia e da Irlanda, representa mais um passo certo na direcção em que este Governo tem vindo a apontar no sentido de dotar o país com um alto perfil competitivo ao nível das novas tecnologias.

Para o coordenador do Plano Tecnológico, o protocolo agora assinado estabelece as condições da criação do Global Service Center, que será constituído por dois centros de competência, o Global Network Operation Center, ou Centro Global de Operações de Rede, e pelo Global Care Center, ou Centro Global de Assistência.

Como garantiu Carlos Zorrinho, desde já os dois centros vão poder

criar cerca de 170 novos postos de trabalho na área da engenharia, estando previsto que até 2010 este número possa subir até aos 500 novos postos de trabalho.

Com data de inauguração prevista até ao final deste ano, a empresa procura ainda um espaço para o novo Centro, que necessita, segundo os seus dirigentes, de uma área de perto de 3000 metros quadrados, apontando João Picoto, responsável pela Nokia/Portugal, para a possibilidade de a empresa se instalar numa primeira fase no Tagus Park, em Oeiras, ocupando uma área que rondará os cerca de 700 metros quadrados, ao abrigo de um acordo entretanto estabelecido com a Universidade Técnica de Lisboa.

Abrir as restantes instalações ou não no Tagus Park, disse ainda João Picoto, depende da oferta disponível de terreno, algo que de momento, ainda segundo este responsável, parece um pouco complicado.

Recorde-se que este Centro é o segundo maior que esta empresa inaugura a nível mundial, a seguir ao instalado na Índia.

O Global Care Center vai fornecer assistência de alto nível às operadoras de telecomunicações nacionais e internacionais, enquanto que o Centro Global de Operações de rede em português da Nokia Siemens Network, fornecerá serviços de telecomunicações em outsourcing.

Para Carlos Zorrinho, com a assinatura deste protocolo, Portugal confirma ser claramente um dos locais privilegiados para a instalação de empresas mundiais de cariz tec-

nológico e sistemas de informação, facto que na opinião do coordenador do Plano Tecnológico sucede porque o país já oferece excelentes condições quer a nível das infra-estruturas e ambiente favorável a este tipo de serviços, quer no que respeita ao capital humano onde já é possível consagrar assinaláveis vantagens comparativas.

Com a opção da Nokia Siemens Network por Portugal para aqui instalar a sua segunda unidade de competência internacional, disse ainda Carlos Zorrinho, fica provado que o Plano Tecnológico, lançado pelo Governo de José Sócrates, "está a contribuir decididamente para mudar o perfil do país".

Papel determinante destacou ainda o coordenador deste projecto, teve a AIP, quer na captação deste importante investimento estrangeiro quer devido à sua "assinalável agilidade como instrumento fundamental".

O futuro centro português da Nokia/Siemens vai poder exportar serviços para todo o mundo, estando habilitado igualmente a servir os operadores de qualquer país.

Recorde-se que há cerca de um ano, o primeiro-ministro inaugurou nos arredores da cidade de Lisboa um centro de inovação da Siemens, um investimento que rondou os cerca de 23 milhões de euros, tendo na altura assinado igualmente um protocolo entre esta multinacional e a Universidade de Aveiro para a instalação no Campus Universitário de Santiago, de um núcleo de Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área das telecomunicações. **R.S.A.**

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

Lisboa viverá assim, ao retomar o debate sobre um novo impulso para a Agenda de Lisboa, não a parábola do regresso do filho pródigo, mas o retempero merecido duma estratégia esforçada e vencedora

LISBOA DE NOVO

NAS próximas semanas todas as atenções estarão viradas sobre Lisboa. Em primeiro lugar, as atenções políticas, tendo em conta que se perspectiva em 15 de Julho o fim de um ciclo de incapacidade de governação protagonizada por Carmona Rodrigues e pelas forças políticas que o elegeram e apoiaram, e o início de um novo ciclo marcado pelo impulso de confiança resultante da eleição dum presidente – António Costa – com grande competência e experiência política, acompanhado por uma equipa sólida e preparada para fazer face aos desafios que a cidade e o concelho enfrentam.

Mas Lisboa estará também no centro do debate sobre o futuro da Europa. A nova solução institucional de que a União Europeia necessita para fazer face aos desafios da globalização e da ordem política emergente passará por Lisboa. Todos desejamos, aliás, que essa passagem seja decisiva e permita a consolidação dum novo tratado para a União. O recente Conselho Europeu deu um forte impulso naquilo que alguns ousam já chamar de "Tratado de Lisboa". Um Tratado que por enquanto ainda é um sonho, mas como nos ensinou Gedeão, "o sonho comanda a vida".

Também o novo ciclo da agenda europeia para o crescimento e emprego, baseada na aposta no conhecimento e na inovação como vectores de sustentabilidade económica, social e ambiental – a Agenda de Lisboa – voltará à "casa" onde nasceu em 2000, e dela sairá fortalecida, focada na criação de valor, no combate às alterações climáticas, no apoio às empresas e aos empreendedores para competirem globalmente e criarem mais e melhores empregos e na qualificação da pessoas para os ocuparem, criando riqueza e fruindo de melhores níveis de realização e satisfação.

Lisboa viverá assim, ao retomar o debate sobre um novo impulso para a Agenda de Lisboa, não a parábola do regresso do filho pródigo, mas o retempero merecido duma estratégia esforçada e vencedora, que tem permitido recolocar a Europa e Portugal na senda do crescimento e da competitividade global.

Lisboa foi porto de partida para descobridores e aventureiros. Nela se revelaram novos mundos e novos saberes e nela se concentram agora de novo os olhos do mundo. Estou certo que a nossa capital estará à altura do tempo de desafio que a confronta e cumprirá com mérito e com resultados, o seu anunciado reencontro com a História.



ANTÓNIO RODRIGUES, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

“É importante promover o contacto com as concelhias e ouvir as preocupações dos camaradas”

As eleições autárquicas de 2009 são a principal aposta do líder da Federação de Santarém, António Rodrigues, que quer os militantes do distrito unidos em torno de um PS “ganhador” e “solidário” com o seu Governo e Grupo Parlamentar. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o também presidente da Câmara Municipal de Torres Novas afirma ainda que é importante promover o contacto directo com as concelhias e ouvir as preocupações dos militantes.

J. C. CASTELO BRANCO

Que iniciativas têm sido levadas a cabo pela Federação nos últimos tempos?

Várias. Uma, da iniciativa da própria Federação de Santarém, e outras em que foi dado apoio a iniciativas da direcção nacional, como foi o caso do Congresso e das recentes Jornadas Parlamentares. No que concerne às iniciativas internas, de realçar a organização da Universidade do Outono, vários colóquios e seminários em que os temas predominantes foram o QREN, o PROT e a gestão autárquica. Estas iniciativas organizaram-se em várias concelhias do distrito e contaram sempre com a presença de membros do Governo e de altos responsáveis do nosso partido. De realçar que tem havido a preocupação de efectuar reuniões descentralizadas do Secretariado da Federação, que têm ocorrido em várias das nossas concelhias um pouco por todo o distrito. É importante promover esta aproximação, o contacto directo com as realidades concelhias e ouvir as preocupações dos nossos camaradas. É isso que temos feito e continuaremos a fazer.

Que acções estão previstas a curto prazo?

Queremos em Setembro levar a cabo outra iniciativa do género da Universidade do Outono, desta feita alusiva aos Problemas Sociais e, logo no mês seguinte, uma Convenção Autárquica Distrital

Quais os principais problemas e desafios com que se debate o distrito de Santarém?

O novo aeroporto da Ota é vital para a estratégia do distrito e, acima de tudo, do país. Durante anos os planeamentos e estratégias autárquicas dos municípios mais directamente atingidos por este investimento tiveram em conta esta vertente. É fundamental que se mantenha o respeito por todos os estudos e investimentos até agora efectuados, porque uma decisão que deveria ser acima de tudo assente em premissas técnicas, parece ter virado para premissas políticas, o que é de todo errado. Ainda acredito que a Ota acolherá o novo aeroporto.

Qual a estratégia que está a ser seguida pelo PS com vista à obtenção dos melhores resultados

nas próximas eleições autárquicas no distrito?

Um acompanhamento muito próximo junto das concelhias onde o problema é mais premente, nomeadamente onde o PS não lidera os executivos municipais. As reuniões têm decorrido com os cuidados e seriedade que o assunto justifica, de modo a que não se tomem decisões precipitadas. Devem ser escolhidos os melhores na salvaguarda dos interesses das populações.

Presidente da Câmara de Torres Novas, é um observador privilegiado das políticas seguidas pelo Governo em relação às autarquias, nomeadamente no que diz respeito à nova Lei das Finanças Locais. Que análise faz dessas políticas?

Ainda é cedo para uma análise séria e objectiva sobre esta temática, mas é inequívoco que a lei trouxe dificuldades acrescidas à gestão das câmaras, essencialmente nos pequenos e médios municípios. Estou preocupado. Defendo uma melhor transparência de gestão e também a limitação e melhor controlo da dívida das autarquias,





“O novo aeroporto da Ota é vital para a estratégia do distrito e, acima de tudo, do país”

mas fico com a percepção de que foi tudo muito apressado, nomeadamente na aplicação da lei. Vamos ver o que nos diz o futuro.

Que comentário lhe merece a gestão mediática de Moita Flores, eleito como independente nas listas do PSD, na Câmara Municipal de Santarém?

Não lhe conheço nenhuma estratégia para o seu concelho, nem sei se a tem. Como presidente de Câmara não me devo pronunciar. Como presidente da Federação não apreciei a sua estratégia nas Águas do Ribatejo e penso que Santarém sai a perder. E muito. O tempo dar-me-á razão.

E quanto à acção do Executivo relativamente ao distrito de Santarém?

Há um conjunto de problemas

que foram bem resolvidos, nomeadamente a problemática das urgências no Centro Hospital do Médio Tejo, bem como a reorganização das Polícias que de um modo geral foi bem aceite. Estão em curso obras de acessibilidades e espero que o IC3 e o IC13 arranquem tal como está previsto. O TVT – Terminal Multimodal do Vale do Tejo em Torres Novas, em minha opinião, deveria merecer outro tipo de atenção, também porque nele estão investidos milhões de euros do erário público. É urgente a construção da Escola Superior de Desporto em Rio Maior.

Que balanço faz dos dois anos de governação socialista?

Obviamente que faço um balanço positivo. E não é por uma questão meramente partidária que o digo, mas por uma constatação objectiva. As reformas têm surgido e, de facto, está a ser feito o que tem de ser feito. Tem havido firmeza nas decisões e os portugueses de uma forma geral reconhecem isso. Acredito que esta onda reformista continue, na esperança de que não haja cegueira política e se mantenha o bom senso que de uma forma geral até aqui tem existido. Esperamos que todo este esforço dê os seus frutos num curso espaço de tempo, para que possamos dizer que valeu a pena...

Como avalia o desempenho do primeiro-ministro, José Sócrates?

Desempenho muito positivo. É

um homem corajoso e determinado. E, acima de tudo, percebe-se que é um homem de trabalho.

Quais os valores em que deve assentar o socialismo democrático, num mundo marcado pela globalização de cariz neoliberal?

Inequivocamente, os valores da solidariedade social. Contribuir para o desenvolvimento económico e social, sim, mas sem perder de vista os valores que devem presidir ao respeito pelo cidadão e pelos seus mais elementares direitos. Penso que todos nos preocupamos com o drama do desemprego e do subemprego, que tem reflexos profundamente negativos numa sociedade caracterizada pelo drama da pobreza. E Portugal tem muitos, muitos pobres. Os valores de cariz humano são para mim fundamentais na busca de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Há alguma mensagem que gostasse de deixar aos militantes do distrito de Santarém?

Deixo uma palavra de desafio para que todos no distrito continuemos unidos em torno de um PS ganhador e solidário com seu Governo e Grupo Parlamentar. Uma palavra de incentivo e de empenho porque a nossa principal aposta são de facto as eleições autárquicas de 2009 onde o PS de Santarém tem grandes responsabilidades e também o dever de ser mais exigente nos resultados das mesmas.



“A nossa principal aposta são de facto as eleições autárquicas de 2009 onde o PS de Santarém tem grandes responsabilidades e também o dever de ser mais exigente nos resultados”

O PS EM SANTARÉM**FEDERAÇÃO****PRESIDENTE**

António Manuel Oliveira
Rodrigues – Torres Novas

**SECRETARIADO
DA FEDERAÇÃO**

Bruno Medinas – Golegã
Ana Azinhaga – Coruche
Virgínia Esteves – Santarém
Carlos Silva – Chamusca
Manuel Afonso – Santarém
João Sequeira – Rio Maior
José Luis Cruz – Santarém
Sandra Vitorino – Santarém
João Lérias – Entroncamento
Fernanda Maurício –
Entroncamento
João Heitor – Ourém
Luís Ferreira – Tomar
Fátima Graça – Tomar
Fernando Pratas – Chamusca

**Inerentes ao Secretariado
com voto:**

Juventude Socialista – Bruno
Gomes – Ferreira do Zêzere
Departamento das Mulheres
Socialistas – Anabela Freitas
– Tomar

**COORDENADORES
DE DEPARTAMENTOS****Autárquico**

Rui Medinas – Golegã
Estudos e Formação
António Gameiro – Ourém

**PRESIDENTE DA
COMISSÃO POLÍTICA
DISTRITAL:**

Joaquim Luis Rosa do Céu
– Alpiarça

**MEMBROS DA COMISSÃO
POLÍTICA DISTRITAL**

Paulo Fonseca – Ourém
Manuel Afonso – Santarém
Maria Fátima Graça – Tomar
Fernando Pratas – Chamusca
Hugo Cristóvão – Tomar
Dina Lopes – Torres Novas
António Gameiro – Ourém
Sandra Vitorino – Santarém
Rosa do Céu – Alpiarça
João Sequeira – Rio Maior
Fernanda Maurício –
Entroncamento
Bruno Gomes – Ferreira do
Zêzere
Luís Ferreira – Tomar
Maria José Heitor – Ourém
Bruno Medinas – Golegã
Virgínia Esteves – Santarém
Luís Silva – Torres Novas
José Carrinho – Chamusca
Anabela Freitas – Tomar
João Heitor – Ourém
Joaquim Rosa – Torres Novas
Ana Correia – Coruche
Luís Baptista – Santarém
João Lérias – Entroncamento
Clara Lopes – Santarém
António Mendes – Tomar
Luís Bento – Ourém
Anabela Azenha – Rio Maior
Carlos Martins – Ferreira do
Zêzere
Rui Martins – Barquinha
Mafalda Duarte – Chamusca
Alberto Barreiros – Alcanena
Paulo Arsénio – Tomar

Sandra Louro – Ourém
José Luís Cruz – Santarém
Carlos Alves – Constância
Vera Simões – Tomar
Luis Lopes – Torres Novas
Nelson Carvalho – Abrantes
Joaquim Neto – Santarém
Fernanda Asseiceira – Alcanena
José Gomes – Almeirim
Francisco Madelino – Glória
Ribatejo
Sónia Mendes – Alpiarça
Pedro Ribeiro – Cartaxo
Nelson Baltazar – Abrantes
Ana Garcia – Santarém
Carlos Catalão – Santarém
Nuno Antão – Salvaterra de
Magos
Ana Casquinha – Samora
Correia
Carlos Marques – Tomar
Rui Barreiro – Santarém
Maria Ascensão Duarte – Rio
Maior
Fernando Vasco – Sardoal
Armindo Bento – Almeirim
Dúnia Palma – Santarém
António Marques –
Entroncamento
Francisco Oliveira – Coruche
Isilda Jana – Abrantes
José Alho – Ourém
Paulo Constantino – Barquinha
Laura Rocha – Tomar
Abílio Diogo – Mação

**COMISSÃO FEDERATIVA
DE JURISDIÇÃO**

Joaquim Condeço – Chamusca
Manuel Fernandes – Tomar
Dina Bernardino – Rio Maior
António Graça – Tomar
Carlos Nestal – Santarém
Abel Paulo – Tomar
Sílvia Bento – Almeirim

**COMISSÃO FEDERATIVA
DE FISCALIZAÇÃO
ECONÓMICA E FINANCEIRA**

Carlos Almeida – Rio Maior
José Ferro – Torres Novas
Maria Fernanda Alves – Constância
Carlos Silva – Tomar
Emmanuel Amaral – Barquinha
Joaquim Catalão – Almeirim
Maria Nascimento Serrado
– Vale de Santarém

**JUVENTUDE
SOCIALISTA****PRESIDENTE**

Bruno Gomes – Ferreira do Zêzere

**REPRESENTANTES NA
COMISSÃO POLÍTICA
DISTRITAL DO PS**

Francisco André – Ourém
Carlos Silva – Chamusca
Fernando Costa – Rio Maior
Nuno Baptista – Ourém
Gonçalo Salgueiro – Tomar
Dina Lopes – Torres Novas

Nota: A JS de Santarém elege
novos órgãos no Congresso deste
fim-de-semana.

**MULHERES
SOCIALISTAS****PRESIDENTE**

Anabela Freitas

SECRETARIADO

Fernanda Maria Pereira
Asseiceira
Sandra Marisa Martins Vitorino
Anabela Costa Azenha
Maria Fernanda Pires F. M.
Alves

CONSELHO CONSULTIVO

Leonilde Santos M. Correia
Conceição
Mafalda Sofia Santos Duarte
Maria da Luz Marques Lopes
Fernanda Maria Estevens V.
Maurício
Maria José R. Caldeira Alves
Heitor
Maria de Fátima Rodrigues C.
Graça Duarte
Dina Ferreira Lopes
Clara Cristina Simões Lopes
Vera Alexandra Costa Simões
Célia Jesus Nunes Leal
Agostinho
Joana Sofia Gaspar Nunes
Marina Lopes Honório
Maria Teresa França Oliveira
Paula Cristina Lopes G. O da
Silva
Catarina Isabel Santos Silva
Campos
Ana Isabel Oliveira Reis
Casquinha
Cristina Maria Carvalho Santos
Ribeiro

**INERENTES AO
CONSELHO CONSULTIVO**

Idália M.M. S. Serrão Menezes
Moniz
Sónia Isabel F. Sanfona C.
Mendes



Governo aposta forte em Trás-os-Montes



Até ao final deste ano será adjudicada a empreitada para a auto-estrada que ligará os concelhos transmontanos de Vila Real a Bragança, aproveitando parte do corredor do actual Itinerário Principal 4 (IP4).

A GARANTIA foi dada por José Sócrates, aquando da sua recente deslocação à região de Trás-os-Montes, onde foi inaugurado o troço da A24 entre Vila Real e Vila Pouca de Aguiar, infra-estrutura que custou cerca de 54 milhões de euros.

Quanto à auto-estrada entre Vila Real e Bragança, Sócrates garantiu que este novo equipamento irá repor a solidariedade e a justiça de que Bragança é credora, uma vez que, como recordou, este distrito é o único que ainda não possui “um único quilómetro de auto-estrada”.

A deslocação do primeiro-ministro à região, no âmbito da iniciativa “Governo presente”, serviu ainda para que o chefe do Executivo inaugurasse o último troço da auto-estrada da A24 que passará a ligar o concelho de Viseu à fronteira em Chaves, percurso que se passará a fazer a partir daí em cerca de uma hora e meia.

Paralelamente a estas iniciativas, o primeiro-ministro participou ainda numa sessão pública sobre a discussão do estudo do impacto ambiental da auto-estrada A4 que vai ligar Amarante a Bragança, equipamento que o primeiro-ministro classificou “como uma grande prioridade”.

A partir de agora, garantiu José Sócrates, o Governo não vai permitir qualquer derrapagem nos prazos de construção desta infra-estrutura rodoviária, tendo para o efeito estabelecido o cronograma da obra anunciando que o segundo troço da A4 que ligará Vila Real à fronteira de Quintanilha, em Bragança, terá a sua discussão pública concluída até 2 de Agosto próximo para que até 30 do mesmo mês esteja igualmente concluída a avaliação do estudo de impacto ambiental, a que se seguirá, como garantiu, “até ao final do ano” o lançamento do concurso público internacional para a sua construção.

Para o primeiro-ministro o distrito de Bragança tem sido até agora particularmente desfavorecido em relação à construção de auto-estradas razão porque o Governo está empenhado em colmatar num espaço de tempo relativamente curto este constrangimento imprimindo, a partir de agora, um ritmo acelerado ao lançamento da A4.

Esta auto-estrada, acrescentou, para além de todos os benefícios que vai trazer à qualidade de vida dos transmontanos e à sua economia, representa igualmente “uma iniciativa de absoluta justiça e de solidariedade”.

Com a conclusão da A24, que ligará Vila Real à fronteira de Quintanilha, em Bragança, acrescentou ainda o primeiro-ministro, é todo o distrito que se tornará mais atractivo em termos económicos e de segurança, e os exemplos que temos neste domínio são claros, frisou, “porque quando entra em

funcionamento uma auto-estrada o número de acidentes rodoviários diminui fortemente”.

O primeiro-ministro frisou ainda que esta nova acessibilidade vai criar uma “melhor ligação a nível regional”, facto que na sua perspectiva torna natural que todos os meios, hospitais, centros de saúde, escolas ou outros organismos públicos, de Vila Real, Chaves, Vila Pouca de Aguiar ou Régua, por exemplo, “possam concentrar-se de forma a servir melhor as populações”.

Com Torga no pensamento

No âmbito desta sua deslocação à região de Trás-os-Montes, o primeiro-ministro foi a São Martinho de Anta, concelho de Sabrosa, terra natal do poeta Miguel Torga, assistir à apresentação do Espaço Miguel Torga, um projecto da autoria do arquitecto português Souto Moura.

José Sócrates associou-se desta forma às comemorações do centenário de um dos maiores poetas portugueses do século XX e sem dúvida dos mais destacados homens de letras da região transmontana, comemorações que estão a decorrer em diversas localidades do país.

O Espaço Miguel Torga, orçado em cerca de 1,7 milhões de euros, desenvolve-se perto da casa onde nasceu o escritor e pretende constituir-se como mais uma homenagem e um novo instrumento ao serviço da divulgação da obra deste homem que repartiu a sua vida entre a prática quotidiana da medicina e a poesia. **R.S.A.**

OPINIÃO



FERNANDO PEIXINHO

O primeiro-ministro foi claro ao dizer que a auto-estrada de ligação entre Vila Real e Bragança é um tributo à solidariedade territorial e regional que é devida a quem não tem ainda um quilómetro de auto-estrada

AUTO-ESTRADA DO NORDESTE VILA REAL - BRAGANÇA: JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE

OS FACTORES de competitividade que determinam a evolução do tecido económico-social de uma região estão em permanente mudança. De uma economia rural em que a terra era, de facto, o principal factor determinante das condições de geração de riqueza, o incremento da transacção de bens e da prestação de serviços, impulsionado por um modelo económico assente na indústria e mais tarde nos serviços, estimulou a inovação e a tecnologia e transformou a dimensão dos mercados locais e regionais em unidades integradas em espaços globais. Digamos que os últimos 20 anos (o período pós adesão à então CEE) foram marcados pelo desenvolvimento de infra-estruturas públicas que condicionaram o desenvolvimento do país enquanto unidade territorial indivisível e coesa. E, de entre as infra-estruturas construídas, a rede viária foi, sem dúvida, o eixo central das políticas públicas de desenvolvimento económico e, ao mesmo tempo, geradora de desequilíbrios territoriais.

A concepção de um país coeso e competitivo passa inevitavelmente pela construção de condições de aproximação entre os diferentes componentes do território. A construção de uma rede viária homogénea mitiga uma parte dos desequilíbrios regionais porque concede condições de oportunidade que são potenciadoras de fenómenos de crescimento empresarial e de aproveitamento de recursos próprios de cada região.

Bragança é hoje uma região afastada dos padrões de comunicação segura, rápida e económica em relação ao resto do território. Aliás, o primeiro-ministro foi claro ao dizer que a auto-estrada de ligação entre Vila Real e Bragança é um tributo à solidariedade territorial e regional que é devida a quem não tem ainda um quilómetro de auto-estrada. A construção da auto-estrada que estabeleça a ligação entre Vila Real e Bragança, articulada com os eixos viários do IP2 e IC5, modifica diametralmente a geografia económica de todos este espaço territorial. Será como que o quebrar da barreira dos sonhos, criando novas centralidades para a região e permitindo, por essa via, explorar e gerar riqueza a partir dos recursos naturais, alguns deles tão exclusivos desta região: ambiente, gastronomia, paisagem, qualidade dos produtos agro-pecuários e, de modo mais amplo, o turismo.

Com efeito, a expectativa aberta pelo primeiro-ministro no passado dia 24 de Junho é um suplemento vitamínico para a descrença e a sensação de abandono de todos os que vivem neste canto do país. Não se trata de dramatizar a situação actual nem tão-pouco de fazer o papel dos desgraçadinhos, mas tão-só de procurar sensibilizar o decisor político que ainda pode haver soluções que travem o processo de desertificação e envelhecimento que há quatro décadas têm persistido em tornar mais pobre esta região do país. Mas, o mais importante é que sendo esta obra uma prioridade nacional o seu tempo de execução seja rápido, de forma a que tenha condições para devolver aos transmontanos e, particularmente, aos brigantinos a dignidade e a esperança de pertencer a um país onde o esforço de cada um é proporcional ao retorno de todos, sem o que as políticas públicas, no quadro de uma efectiva solidariedade territorial, não cumprem o seu papel estabilizador.

De salientar, todavia, que a construção da auto-estrada entre Vila Real e Bragança não é tudo, já que as ligações ao sul do distrito e para o sul do país, pelo Interior, têm de ser concluídas, ou seja, o eixo do IP 2 entre Macedo de Cavaleiros e Celorico da Beira e o IC5 entre Alijó e Mogadouro são determinantes para que seja fechada a malha rodoviária que concede as condições de integração territorial competitiva desta região. Daí que os responsáveis políticos locais sintam esses objectivos como as grandes obras que podem mudar a face de toda uma região que vê acentuar os indicadores de declínio e que, ao mesmo tempo, tem consciência do seu potencial de desenvolvimento num quadro de maior proximidade aos mercados alvo.

O primeiro-ministro, José Sócrates, merecerá, por inteiro, o epíteto de povoador e de político solidário se as suas palavras do passado dia 24 corresponderem à concretização deste ilimitado sonho que nos permita ultrapassar a barreira do isolamento e da discriminação que todas as outras conquistas democráticas não conseguiram resolver.

Renovação do modelo social europeu é inevitável

CONFERÊNCIA

A ideia de que a globalização e as alterações demográficas colocam a necessidade de uma evolução do modelo social europeu que garanta a sua sustentabilidade marcou a conferência sobre “Novos desafios sociais da Europa”, na FIL, no Parque das Nações.

J. C. CASTELO BRANCO

ORGANIZADA em conjunto pelo Partido Socialista, pelo Fórum Novas Fronteiras e pelo *think-thank* britânico Policy Network, a sessão pública contou com a participação do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, do sociólogo Anthony Giddens e da líder do Partido Social Democrata da Dinamarca, Helle Thorning-Schmidt.

A conferência, realizada nas vésperas da presidência portuguesa da União Europeia, pretendeu, segundo os organizadores, trazer o debate sobre o futuro do modelo social europeu para o centro das políticas europeias e, neste contexto, desenvolver e fortalecer uma agenda progressista do centro-esquerda.

Vieira da Silva, o primeiro orador do debate que foi moderado pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, defendeu que face às transformações geopolíticas verificadas na Europa é “inevitável” a renovação do modelo social europeu, acrescentando, no entanto, que “coesão social e competitividade não são incompatíveis”, como o demonstram, por exemplo, as experiências dos países nórdicos.

Segundo o dirigente socialista, “promover a igualdade de oportunidades implica a permanência do máximo possível de transferências sociais”, sublinhando que a sustentabilidade do Estado Social assenta na dimensão financeira, “associada ao equilíbrio orçamental”, na dimensão económica, que está

relacionada com o “crescimento sustentado do emprego”, e na dimensão social, que tem a ver com “a eficácia das transferências sociais que assegurem elevados níveis de coesão”.

Numa intervenção em que procurou reflectir sobre alguns factores-chave que contribuem para o bem-estar à luz dos novos desafios sociais que enfrentamos, Anthony Giddens abordou algumas soluções práticas a aplicar em políticas públicas.

Segundo o ideólogo da “Terceira Via”, é preciso apostar no ensino e na formação profissional ao longo da vida para que as pessoas se possam adaptar às mudanças tecnológicas e terem maiores possibilidades de encontrar um novo posto de trabalho em caso de desemprego.

E alertou que “novas desigualdades” estão a surgir nos países europeus “entre os que têm acesso ao ensino superior e os que não têm”, sendo, por isso, necessárias “políticas feitas à medida que mexam feitas nos sistemas educativos dos países, de forma a dar respostas a este problema”.

Salientando que “não podemos ser passivos em relação à solidariedade”, Giddens afirmou que “temos de perceber e antecipar respostas às alterações que se vão verificar e que têm implicações nos sistemas de protecção social”.

Nesse sentido, o sociólogo britânico referiu que o controlo da poluição do ambiente, de forma a combater as mudanças climáticas, e a promoção de estilos de vida mais saudáveis, nomeadamente através



de uma alimentação racional, nunca podem ser da exclusiva responsabilidade dos governos, mas não deixam de ter impacte directo no bem-estar social.

Também a baixa taxa de natalidade “é um problema específico para os europeus” com implicações na sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social, que se precisam de adaptar a esta nova realidade.

Competitividade e coesão

Já a líder do Partido Social Democrata da Dinamarca, Helle Thorning-Schmidt, sublinhou que o que está em causa é a forma como vamos reformar o modelo social europeu para dar resposta aos novos desafios, defendendo que “é preciso um novo compro-

misso na Europa”, como aconteceu com o mercado único. “O que faz avançar a Europa são os compromissos”, frisou.

Helle Thorning-Schmidt defendeu que “é necessário investir na aprendizagem ao longo da vida” e “estarmos na vanguarda no investimento nos serviços públicos”, no âmbito da renovação do modelo social europeu. A líder do Partido Social Democrata da Dinamarca disse ainda que “há duas razões para estarmos optimistas”. A primeira razão, referiu, “é que a Europa tem um modelo social, que combina competitividade e padrões elevados de protecção social, e que não existe em nenhuma outra região do mundo”.

E a segunda razão tem a ver com o facto de existir o modelo

de Segurança Social dos países nórdicos que se desenvolve “numa economia aberta, muito competitiva, num mercado de trabalho flexível, mas com forte formação e qualificação dos trabalhadores, e assegurando uma elevada protecção com generosas prestações sociais”.

A sessão pública foi antecedida por um seminário, dividido em dois painéis, que juntou várias dezenas de especialistas nacionais e de outros países da União Europeia para discutir questões como a flexibilidade e segurança no mercado de trabalho, o diálogo social, as alterações demográficas e as respostas que as políticas públicas podem dar a estas questões, inseridas no âmbito da Estratégia de Lisboa.

Lei do tabaco aprovada na AR

FUMAR num local proibido vai ter multas entre 50 e 750 euros, de acordo com a nova lei do tabaco aprovada na Assembleia da República com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP, PEV e um deputado do CDS/PP, e que entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2008.

A lei agora aprovada que resulta de um largo consenso, após seis meses de intensas negociações e debates, impõe um vasto conjunto de restrições ao consumo de tabaco em defesa da saúde pública, que mantém o equilíbrio na ponderação entre os direitos dos fumadores e não fumadores.

A nova lei dá aos bares, restaurantes ou pastelarias até 100 metros quadrados a possibilidade de serem espaços para fumadores, desde que equipados com sistemas de exaustão. Já os es-



tabelecimentos de restauração ou diversão, com uma área superior, poderão optar por transformar até 30 por cento do espaço em zonas de fumadores, ou ter uma área vedada até 40 por cento do espaço, onde os clientes possam fumar.

Fumar passa também a ser proibido em locais de trabalho e atendimento directo ao público. A única excepção é para as empresas que criem salas de fumo.

O diploma proíbe ainda a venda de tabaco a menores de 18 anos, obrigando à colocação de sistemas bloqueadores nas máquinas de venda automática.

Quanto à publicidade, passa a ser expressamente proibida a promoção ou o patrocínio de campanhas de promoção ou prevenção de tabagismo. J.C.C.B.

Comissão de peritos analisa sustentabilidade financeira do SNS

Os ministérios da Saúde e das Finanças pediram a uma comissão de especialistas que analisasse, estudasse e realizasse uma reflexão aprofundada e sistemática sobre a sustentabilidade do financiamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), à luz da promoção dos ganhos em saúde e do imperativo de garantia do direito de todos na protecção na doença.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

ANALISADO o relatório, entretanto entregue ao Ministério da Saúde, fica claro que, atingidos seis meses de exercício orçamental no ano em curso, já é possível afirmar, diz Correia de Campos que estão criadas as condições para ser “continuada a linha de ganhos de eficiência até aqui prosseguida”, estratégia que aliás “é fortemente recomendada pela comissão”.

O Governo, diz ainda o responsável pela pasta da Saúde, controlada que está a execução orçamental no SNS, “não permitirá que haja lugar, no presente mandato, à alteração do actual modelo de financiamento do sistema de saúde” estando pois excluída a “criação de qualquer novo imposto ou alterações ao sistema de isenções das actuais taxas moderadoras”.

Uma das conclusões do referido relatório aponta no sentido de que o SNS só será financeiramente sustentável caso o crescimento das

transferências do Orçamento do Estado para este serviço não agrave o saldo das Administrações Públicas de uma forma permanente, face ao valor de referência, mantendo-se a evolução previsível das restantes componentes do saldo.

A comissão que elaborou o relatório constata que existe um significativo consenso sobre o modelo constitucional de SNS e sublinha que o sistema de saúde português tem como objectivo central melhorar a saúde dos cidadãos.

Fazendo uma comparação com os restantes serviços de saúde existentes nos países da OCDE, a comissão observa em todos eles uma constante insuficiência de fundos, facto que, como recorda, levou a que muitos países tivessem criado novas formas complementares de financiamento, sem contudo porem em causa, como sublinha, “os princípios gerais ou o modelo inicial adoptado por cada país”.

Com efeito, refere ainda o estudo, há países onde existe um modelo



de SNS que tem registado uma progressiva separação dos papéis de financiador, regulador e prestador, assumindo o Estado os dois primeiros objectivos e delegando a terceira prestação noutras entidades, mediante mecanismos de contratualização.

Gastos em saúde

Em Portugal, a percentagem dos gastos com a saúde em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) era, em 1980, de 5,6 por cento, passando em 2004 a despesa a atingir a casa dos 10

pontos percentuais.

Este aumento representava um valor médio superior ao da União Europeia a 15, em cerca de 9 por cento, e de 8,9 por cento em relação à média dos países da OCDE.

Entre o princípio da década de 80 até 2004, Portugal duplicou o peso dos gastos públicos com saúde face ao PIB, ou seja, de 3,6 pontos percentuais em 1980 subiu para 7,2 por cento em 2004.

Segundo referido estudo, os ritmos de crescimento da despesa em saúde criaram, na passada década, instabi-

lidade nas transferências orçamentais para o SNS.

Aliás, a manutenção dos ritmos históricos das últimas décadas configura, refere o documento, “uma situação de insustentabilidade financeira”, que, face às necessidades crescentes de cuidados de saúde, “exige uma adequada organização na captação de fundos”.

Depois de sublinhar que em Portugal o enfoque das políticas de saúde não

se têm concentrado ou privilegiado na contenção de custos, “apesar das várias medidas tomadas a partir de 2000”, mas ainda “não devidamente quantificadas”, o relator refere que as despesas privadas dos cidadãos residentes em Portugal com entidades privadas representaram cerca de 22,5 por cento da despesa total em saúde em 2004, valor que contrasta fortemente com os pagamentos directos das famílias nas instituições públicas de saúde, onde essa percentagem não foi além de um ponto percentual.

“Plano Nacional de Saúde apresenta dados positivos”

A saúde dos portugueses tem vindo a melhorar generalizadamente.

Para se alcançarem estes objectivos foi preciso também melhorar as condições socioeconómicas e culturais da população. “Apesar do caminho que ainda falta percorrer”, segundo Correia de Campos, agora é preciso aumentar a eficiência dos serviços públicos de saúde.

“O SERVIÇO Nacional de Saúde (SNS) continua a cumprir o seu papel”. Esta é para o ministro da Saúde, uma verdade que os números provam e a prática demonstra.

Na perspectiva do responsável pela pasta da saúde, alguns indicadores mostram que Portugal já atingiu patamares de sucesso semelhantes aos alcançados pelos restantes países comunitários. É o caso, como referiu, dos índices sobre a mortalidade infantil, neonatal e perinatal, os sectores ligados às classes etárias juvenis, aos adultos, no segmento final da vida e no indicador global de esperança de vida à nascença, onde Portugal atingiu índices de sucesso dos mais altos do mundo.

Para Correia de Campos, os dados de 2005, já disponíveis, mostram assim quão positiva tem sido a execução do Plano Nacional de Saúde, aprovado em 2002 para vigorar até 2010.

A saúde dos portugueses, diz o ministro da Saúde, “tem melhorado genericamente”, facto indelével, como garante, e que é sustentado,

“quer em razões ligadas ao melhor contexto socioeconómico e cultural das populações, quer num conjunto de respostas positivas que o SNS tem sabido dar”.

Quanto ao acesso aos cuidados, Correia de Campos lembra que todos os indicadores de utilização de serviços conhecem hoje francas melhorias, com um crescimento de 1,9 por cento no que respeita às altas hospitalares, de 1,5 por cento no que respeita às urgências, com uma cobertura acrescida de mais 9,8 por cento nas consultas externas e com uma subida de 5,4 pontos percentuais no que respeita às intervenções cirúrgicas regulares e de urgência.

Resultados no mesmo sentido, cerca de mais 2,3 por cento, acrescenta, foram alcançados em consultas programadas em Centros de Saúde, “sobretudo nos doentes que procuram consulta pela primeira vez”, onde se registou uma subida de mais 3,4 por cento.

Estes dados, refere, levam-nos a concluir que os portugueses continuaram a ter cada vez melhor acesso

aos cuidados de saúde, “quando a análise se faz de forma global”, o que não exclui, como lembrou, “dificuldades localizadas”, em regiões do país de menor densidade de médicos de família por habitante como são as zonas do litoral e sobretudo a periferia das grandes cidades e margem sul do Tejo”.

Aumento da confiança no SNS

Para Correia de Campos, importa questionar que efeitos terão tido as recentes reformas na qualidade, através da concentração de serviços e substituição de SAP (Serviços de Atendimento Permanente) nocturnos por consultas ao longo de todo o dia.

Os indicadores a este respeito, já conhecidos, adianta, “apesar das dificuldades de avaliação de tão breve e recente período”, dizem-nos que há evidentes e francas melhorias na qualidade dos serviços prestados.

Um bom exemplo dos passos certos “e com resultados positivos”, diz o ministro, é-nos dado pelas maternidades, onde os indicadores já apurados sobre o processo de reorganização, mostram-nos que a assistência no parto no SNS oferece agora à mãe e ao filho serviços mais especializados e mais sofisticados com maiores garantias de qualidade

e segurança, facto que para Correia de Campos se está a traduzir numa maior “satisfação e no aumento de confiança no SNS”.

Também no que respeita às urgências, a recente reforma introduzida está já a dar resultados que demonstram que “o Governo foi pelo bom caminho”, registando-se uma associação positiva com os novos serviços oferecidos nos locais onde o SAP nocturno cessou, quer por efeito de consulta regular aberta no Centro de Saúde até mais tarde, quer por efeito das Unidades de Saúde Familiar (USF).

Com o terreno onde se construíram estas reformas a dar mostras de uma cada vez maior solidez, Correia de Campos não tem dúvidas que as reformas da qualidade (maternidades e urgências) “estão a produzir os efeitos esperados: melhores e mais seguros serviços ao dispor dos cidadãos, com melhorias do atendimento diurno e transporte rápido nas situações agudas nocturnas”.

Igualmente no que respeita às taxas moderadoras, que têm merecido tanto “clamor por parte da esquerda conservadora”, elas têm cumprido, como garante o ministro da Saúde, a sua missão moderadora, “tantas e tão generosas são as isenções previstas, as quais se manterão inalteradas”.

Também no que diz respeito ao preço dos medicamentos, “o silêncio

da oposição da esquerda conservadora é bem a demonstração da sensível redução de encargos para o cidadão”, e isto, como sublinha Correia de Campos, “tanto directa como indirectamente” cenário que é conseguido, como lembra, “através de melhores contas do SNS facto que evita desastrosos endividamentos futuros”.

Oposição de direita está sem ideias

“O PSD sobre Saúde tem sobretudo críticas avulsas, reflexões que não passam de pretensos tabus e não apresenta uma única ideia séria sobre esta matéria”, esta é a convicção de Correia de Campos quando analisa as propostas do maior partido da oposição sobre o sector da Saúde.

Para o ministro da Saúde, não é possível que alguém de bom senso e minimamente dentro dos dossiês possa defender ou aceitar, como o propôs o PSD, substituir o SNS pela ADSE.

Compreendo que a direita pretenda abrir os Centros de Saúde ao sector privado, “cenário que sem qualquer preconceito contestamos”, uma vez que “não nos parece bem que os actuais Centros de Saúde públicos sejam convertidos em máquinas de fazer dinheiros privados, explorando as ineficiências do sector público”, afirma Correia de Campos. **R.S.A.**

“Só a lista do PS de oferecer um quadro

Uma equipa “coesa e competente”, capaz de devolver “credibilidade” à maior autarquia do país, assente numa gestão de “rigor”, são os trunfos do candidato do PS à presidência da Câmara de Lisboa. Em entrevista ao “Acção Socialista”, António Costa reafirma que só a lista do PS está em condições de oferecer à cidade e aos lisboetas um “quadro de estabilidade”, que corte com o passado recente de “balbúrdia e paralisação”. E, por isso, insiste que é preciso “uma maioria clara”.



SILVINO GOMES DA SILVA

O que o levou a aceitar o desafio de se candidatar a presidente da Câmara de Lisboa?

O estado em que seis anos de governação do PSD deixaram Lisboa é um estado de tal forma grave que exigia do PS uma aposta forte. Tendo sido convidado a protagonizar a candidatura socialista e perante o extraordinário desafio que Lisboa representa, entendi aceitar o convite do secretário-geral. Nasci em Lisboa e esta é a minha cidade. Voltar a fazer com que todos os portugueses, e muito especialmente todos os lisboetas, se orgulhem da nossa capital é o objectivo que me norteia.

Quais os critérios utilizados para a escolha dos membros da sua lista à vereação?

Tal como o momento exige, a

lista do PS é uma lista de renovação e de abertura. É formada por militantes socialistas e por independentes, com provas dadas nos seus percursos profissionais e que se disponibilizaram para aceitar este grande desafio. O meu objectivo foi formar uma equipa coesa e competente, capaz de voltar a pôr a Câmara de Lisboa a funcionar. Uma equipa capaz de devolver credibilidade à autarquia mais importante do país.

Por que motivos pede ao eleitorado uma maioria clara e consistente?

Eu devo explicar aos eleitores qual é a minha convicção do que é melhor para Lisboa. Na área da habitação, da educação, do apoio social, etc., mas também no que diz respeito às condições de governabilidade. Ora, os últimos anos da Câmara de Lisboa

são uma boa demonstração do que pode acontecer quando essas condições não existem. A falta de uma maioria clara significa ficar sujeito aos jogos dos outros partidos. Além do mais, este é um mandato muito particular, de apenas dois anos e em circunstâncias muito difíceis, até pelo facto do PSD se ter lamentavelmente recusado a colocar a sufrágio a Assembleia Municipal. Estas são condições que aconselham vivamente a existência de uma maioria no Executivo. É isto que é preciso que os lisboetas tenham perfeita noção.

Conhecendo o descalabro financeiro da Câmara, quais as medidas que preconiza para resolver este enorme problema?

A dramática situação financeira da Câmara resulta em grande medida de um brutal

endividamento de curto prazo, ultrapassando todos os limites legais. A primeira medida que preconizo é um acordo de saneamento financeiro a celebrar com o Governo. Trata-se de uma figura prevista na Lei das Finanças Locais e não de pedir mais dinheiro aos contribuintes ou de pedir qualquer tipo de ajuda ao Governo. O concelho mais rico do país não precisa de mais dinheiro, precisa, isso sim, de ser bem gerido. Precisa que haja rigor e competência.

Porque põe o acento tónico numa gestão de rigor para a cidade?

Porque tem sido exactamente isso que tem faltado, levando a esta lamentável situação em que a Câmara ficou sem rei nem roque. A Câmara tem de deixar de ser um problema para a cidade e

voltar a ser aquilo que deve ser, um instrumento de resolução dos problemas da cidade.

Quais as linhas gerais em que vai assentar a sua campanha eleitoral?

É uma campanha sóbria, que tenta explicar aos lisboetas as propostas que temos para a cidade nas mais diversas áreas. Este não é o tempo para grandes projectos, é o tempo para resolver as pequenas grandes coisas que podem mudar a vida de quem aqui vive e trabalha. Temos um programa e uma equipa para Lisboa

Caso seja eleito presidente, como indicam as sondagens, quais as prioridades para os dois anos deste mandato?

No nosso programa definimos três tempos: o da urgência, o dos dois anos deste mandato, e

está em condições dro de estabilidade”

aquele das coisas que são precisas começar a preparar para executar no mandato seguinte. Para este mandato, a prioridade não poderá deixar de ser atacar eficazmente a brutal crise financeira da Câmara Municipal de Lisboa, atacar o desmazelo em que a cidade mergulhou e resolver os casos urbanísticos que se foram multiplicando, paralisando Lisboa.

Quais os principais problemas que, no seu entender, Lisboa se defronta?

Já temos falado nesta entrevista dos principais problemas. São muitos e variados. Mas há um que é transversal a todos esses problemas: a falta de credibilidade. É preciso que a CML volte a ser uma instituição credível, uma entidade de bem, reconhecida como tal por todos os parceiros que ajudam a fazer a cidade.

Como analisa politicamente a pulverização de candidaturas que se apresentam às eleições de 15 de Julho?

Essa pulverização é um facto. Não sou analista político, a mim cabe-me registar o facto e sublinhar que essa realidade só contribui para reforçar mais a minha convicção de ser verdadeiramente necessário que destas eleições saia um quadro claro para a CML. E parece-me também evidente que só a lista do PS está em condições de oferecer à cidade e aos lisboetas um quadro de estabilidade que corte com este passado recente de balbúrdia e paralisação. Não estamos, aliás, a pedir que nos passem um cheque em branco. Estas eleições são para um curto mandato de dois anos. Darem-nos uma maioria clara é a única maneira de nos poderem responsabilizar plenamente, sem que haja dependências dos jogos partidários. Se cumprirmos, pode reeleger-nos dentro de dois anos, se não cumprirmos, mandam-nos para casa. É tão simples como isso.

Qual a importância de ter recebido o apoio incondicional de três antigos presidentes socialistas da Câmara de Lisboa e mais recentemente de Mário Soares?

É um motivo de orgulho e de satisfação receber o apoio de socialistas tão distintos como aqueles que referiu e de muitos outros. É também um sinal de que o partido está unido em torno desta candidatura e percebe o que está em jogo nestas eleições. Todos me conhecem, sabem que sou do PS e tenho muito orgulho nisso. Esta é uma batalha que vale a pena travar.



Tal como o momento exige, a lista do PS é uma lista de renovação e de abertura”

“A Câmara tem de deixar de ser um problema para a cidade e voltar a ser aquilo que deve ser, um instrumento de resolução dos problemas da cidade”

“Voltar a fazer com que todos os portugueses, e muito especialmente todos os lisboetas, se orgulhem da nossa capital é o objectivo que me norteia



OPINIÃO



OSCAR GASPAR
Economista*
Militante nº 26303

O liberalismo económico pode ter muitas formas e refinar os argumentos mas não deixa de prosseguir princípios claros e que passam, desde logo, pela destruição do nosso modelo social em favor do méritos absolutos da liberdade de escolha

COMPROMISSO PORTUGAL, OS DEVORISTAS

O CONTRIBUTO do Compromisso Portugal é muito importante e merece ser realçado. É tão claro nas suas propostas que presta um grande serviço ao país e aos socialistas com a exposição do que poderia ser um modelo social e de governação alternativo ao que defendemos.

Todos estarão lembrados como o Compromisso Portugal quis marcar a sua sessão de 2006 (injustamente muito menos concorrida do que as anteriores) com um objectivo sonante: as suas propostas permitiriam despedir até 200 mil trabalhadores da Administração Pública. É obra.

Este movimento ganhou nova visibilidade com a publicação de um livro que tem por título "Revolucionários!". Esta exclamação é, de facto, uma surpresa porque, se conheço alguns portugueses vivos que merecem o título, a verdade é que não estão do mesmo lado da barricada dos do Compromisso.

Esta publicação recente tem diversas partes onde constam textos introdutórios, as propostas do Beato, análise do impacto do encontro na Comunicação Social e textos de reflexão sobre o liberalismo em Portugal escritos por Vasco Pulido Valente e Rui Ramos.

É nestes contributos académicos que reside a segunda surpresa do livro. Admitia-se que, entre a pedagogia e a especulação filosófica, estas comunicações escudassem em termos teóricos o que o Compromisso defende. Acontece que o texto de Vasco Pulido Valente é uma resenha histórica sobre a primeira metade do século XIX no qual o liberalismo não apresenta muitos atractivos. Aliás, este mesmo autor acaba de reeditar a obra "A revolução liberal" onde esclarece que "Na história portuguesa, o «liberalismo» nunca foi uma ruptura, foi um prolongamento. Pior ainda: foi um prolongamento que aumentou a centralização e a onipotência do Estado e enfraqueceu as raras instituições independentes ou semi-independentes dele (a Igreja e a Universidade)".

Estes testemunhos não dão grande alento ao pensamento liberal e questionamo-nos se autor e promotores da iniciativa estavam alinhados no objectivo. A não ser, claro, que a tese seja a seguinte: o liberalismo é um conceito dúbio e que no passado deu azo às mais diversas práticas pelo que o liberalismo que se defende hoje tem que ser uma reinvenção.

Pois, conhecemos bem a ladainha. O liberalismo económico pode ter muitas formas e refinar os argumentos mas não deixa de prosseguir princípios claros e que passam, desde logo, pela destruição do nosso modelo social em favor do méritos absolutos da liberdade de escolha.

Para mim, não deixa de ser absolutamente simbólico o pensamento de James Buchanan, um dos mais proeminentes seguidores de Friedrich Hayek que, por sua vez, é um dos país da luta contra a intervenção do Estado na economia. Na entrevista que deu, em 1996, quando veio a Portugal receber o doutoramento "honoris causa" na Faculdade de Economia do Porto, este economista foi questionado sobre a sua defesa de "reduções de fundos para os programas de assistência médica, de apoio aos pobres". Respondeu então desta forma "A minha opinião pessoal é que teremos de modificar a nossa maneira de pensar acerca da vida e da morte, temos de interiorizar que as pessoas morrem. Acho que nos mantemos vivos demasiado tempo. Como sabe, pelo menos no meu país é enorme o montante desembolsado em cuidados de saúde no último ano de vida. E, para muita gente, da minha idade e mais velha, esse último ano não serve de nada, de qualquer modo"

Tenho a certeza que nenhum dos leitores deste jornal apoia esta forma económica de humanismo. Por isso não defendemos o liberalismo económico. Por estas e por outras é que o livro do Compromisso Portugal poderia ter adoptado o subtítulo do referido livro de Pulido Valente: os devoristas. Não tem nada a ver mas era mais sugestivo.

* Da FEP mas anterior ao doutoramento referido!

Sistema de protecção civil deve caminhar para a profissionalização

O DEPUTADO socialista Carlos Lopes defendeu a profissionalização progressiva do sistema de Protecção Civil no âmbito da audição parlamentar da Comissão Eventual para o Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios realizada com o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, onde foram apresentadas e debatidas as medidas daquele ministério na preparação do período crítico de incêndios florestais.

O deputado socialista, na sua intervenção, enalteceu a convergência que o Governo tem demonstrado com as recomendações tecidas pela Assembleia da República em matéria da Política de Defesa da Floresta Contra Incêndios, designadamente no quadro da reforma da Protecção Civil. Reconheceu que as medidas apresentadas, decorrentes da Directiva Operacional Nacional da ANPC, de carácter eminentemente operacional, permitem encarar com esperança



e confiança o período crítico de incêndios florestais que se avizinha, em coerência com o rumo definido pelo Governo nesse domínio.

Nesse contexto, salientou o esforço de profissionalização da prestação do socorro, quer por via do reforço dos GIPS da GNR e da constituição da 1.ª Companhia Especial de Bombeiros "Canarinhos",

quer pela criação das Equipas de Primeira Intervenção nos Corpos de Bombeiros, com base no protocolo tripartido assinado em Abril pela ANPC, ANMP e LBP, que qualificou como mais um passo importante no cumprimento do Programa do Governo.

A crescente profissionalização dos agentes de protecção civil foi identificada como o principal paradigma da reforma em curso da Protecção Civil, sem com isso minimizar

o papel do voluntariado. "Nós devemos muito ao trabalho desenvolvido por parte dos bombeiros voluntários", disse.

Das medidas apresentadas pelo Governo nesta audição parlamentar, concluiu que consolidam a acção desenvolvida em 2006 e permitem encarar com esperança e confiança o Verão de 2007.

Novos incentivos para combater desertificação

UM CONJUNTO de novos incentivos para o combate à desertificação do interior vai ser atribuído a partir de Julho, enquadrado no novo Plano de Desenvolvimento Rural. A informação foi avançada pelo ministro da Agricultura, Jaime Silva, em declarações feitas à margem da cerimónia de assinatura do protocolo para fornecimento de equipamento de combate a incêndios florestais às juntas de freguesia, que decorreu no Ministério da Administração Interna, em Lisboa.

Refira-se que o Plano de Desenvolvimento Rural é o instrumento do Governo para o sector agrícola a aplicar o último Quadro Comunitário de Apoio, de 2007 a 2013.

As novas medidas da tutela da Agricultura visam "defender a importância social da propriedade



privada" e, ao mesmo tempo, "levar os proprietários a tratar, arrendar ou mesmo a vender [as propriedades]", admitindo a aplicação de "penalizações a quem abandone as terras", disse Jaime Silva.

Na ocasião, o ministro lembrou

igualmente que os "sucessivos governos apoiaram mais de 110 mil hectares para o regadio" dos quais "metade estão ao abandono" actualmente.

"Isto não pode continuar a acontecer", rematou o governante.

Governo vai construir cinco novas barragens

ENERGIAS RENOVÁVEIS

NO ÂMBITO da aposta que vem prosseguindo nas energias renováveis, o Governo vai construir mais cinco barragens no país e apoiar a construção de edifícios energeticamente inteligentes e a instalação de painéis solares em casa de particulares.

O anúncio foi feito pelo ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, à margem da 2ª edição da conferência "Thinknomics

- Internacionalizar para Vencer", realizada em Lisboa.

"Vamos construir mais cinco barragens e reforçar a potência com vista a duplicar a capacidade das existentes", disse Manuel Pinho.

Sem adiantar as localizações destas infra-estruturas, o ministro sublinhou a "enorme aposta" do Executivo de José Sócrates nas energias hídricas, adiantando que apenas 43 por cento do seu potencial está a ser utilizado e que é pos-

sível ir muito além nesta matéria.

Manuel Pinho referiu ainda que o Governo vai incentivar a instalação de painéis solares térmicos e a eficiência energética dos edifícios. "Vamos criar normas e certificações para a construção de edifícios que poupam energia. Quanto aos painéis solares, nomeadamente para aquecimento das águas, não há razão para não ir mais além. Estes painéis são instalados por cada pessoa, mas poderão ser amortizados em 9 a 10 anos", disse.

Cursos profissionalizantes aumentam o dobro

“NOVAS OPORTUNIDADES”

Para combater o insucesso e o abandono escolares, uma das prioridades da agenda do Governo, o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou o crescimento dos cursos profissionais dos ensinos básico e secundário de 3300 para 5000 no próximo ano lectivo.

JOSÉ Sócrates falava na sessão de apresentação da campanha «Faz o secundário, aprendendo uma profissão», no âmbito do programa “Novas Oportunidades”, que decorreu na escola Manuel Figueiredo, em Torres Novas.

O aumento de 1700 cursos em relação a 2006/07 e de 2500 relativamente a 2005/06 faz com que os alunos da quase totalidade das escolas secundárias do país possa optar por um curso profissional. E tem também como finalidade que metade dos alunos venha a optar pelo ensino profissional, cumprindo, aliás, recomendações da OCDE, pois “nenhum país pode competir na primeira linha da economia global se apenas tiver 30 por cento da população com o 12º ano”, conforme sublinhou o primeiro-ministro. “São mudanças muito difíceis”, que não foram executadas pelos governos anteriores porque, frisou, “só produzem resultados a longo prazo”.



José Sócrates sublinhou que “é muito importante que os jovens saibam que têm esta oportunidade”, acrescentando que o aumento do número total de alunos no ano passado invertendo a tendência verificada nos dez anos anteriores se deveu ao regresso de muitos jovens ao ensino através destes cursos.

Nos cursos profissionais “a taxa de insucesso e abandono escolar é muito menor” porque os alunos sabem que saem da escola com uma certificação profissional que “os habilita para o mercado de trabalho”, disse ainda o primeiro-ministro.

Já a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, considerou que o reforço do número de cursos é uma “revolução silenciosa e tranquila” nas escolas que estão a

adaptar “a sua oferta formativa às expectativas dos jovens e das suas famílias”.

Salientando que o Governo pretende que “nenhum aluno fique fora do ensino por razões sociais e económicas”, Maria de Lurdes Rodrigues adiantou que “a cobertura da acção social escolar no secundário” vai ser alargada.

Por sua vez, o secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, disse que em cada escola, “a quase totalidade dos alunos dos ensinos secundário e básico poderá optar por um curso profissionalizante que o habilita para o mercado de trabalho”.

E garantiu que “todos os jovens terão a oportunidade de seguir os estudos com vista à universidade ou tirar um curso secundário para obter uma certificação profissional”.

Balanço positivo da primeira década do Rendimento Social de Inserção

AO LONGO de uma década de existência, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), hoje Rendimento Social de Inserção (RSI), tem contribuído para evitar situações graves de pobreza.

Ao presidir, em Santarém, à sessão comemorativa dos dez anos da criação do RMG/RSI, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, descreveu a medida como “muito positiva”, sublinhando que ela está consolidada na nossa estrutura de protecção social.

Manifestando satisfação pelos resultados alcançados com o RMG/RSI, Vieira da Silva frisou que sem este apoio financeiro, criado em 1997 após uma recomendação da União Europeia de 1992 e que agora serve 100 mil famílias em que cada elemento recebe complementos mensais até 177 euros, “Portugal teria situações de pobreza muito mais agudas e mais extremas”.



Após recordar que a verba do subsídio “só é concedida se as pessoas aderirem a programas de inserção”, o governante esclareceu que para as famílias que não têm de todo possibilidade de inserção profissional existem outros projectos que as vinculam, como programas de apoio escolar ou de fim de consumo de droga.

A tutela tenciona também aumentar os acordos com “instituições de solidariedade para fazer

o acompanhamento deste agregados familiares e auxiliar o processo de inserção, adiantou igualmente o titular da pasta da Solidariedade.

E referiu que, actualmente, 60 por cento das famílias têm contratos de inserção assinados, mas o Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Social está empenhado em elevar esse valor para os 90 pontos percentuais em 2008, sem prejuízo de se manter uma “grande fiscalização sobre os beneficiários”.

“Esta prestação social é a mais fiscalizada” porque “precisamos de manter a credibilidade ao máximo desta medida”, disse ainda Vieira da Silva, que apontou para algumas regiões suburbanas de Lisboa e Porto e as ilhas como os locais onde existem mais beneficiários.

OPINIÃO

JOÃO SEQUEIRA
Membro da Comissão
Nacional do PS

Pela primeira vez no nosso país, o apoio ao alto rendimento contempla a aposta em infra-estruturas compatíveis, concebidas e vocacionadas para padrões elevados de exigência e especialização, imprescindíveis para a obtenção dos êxitos desportivos que todos ambicionamos

A CENTRALIDADE POLÍTICA DO DESPORTO MEDIDA 6 – “CENTROS DE ALTO RENDIMENTO”

QUALIFICAÇÃO, formação, conhecimento, inovação, competitividade, coesão. Estas são algumas das ideias-força que encontramos no topo das prioridades das agendas e dos programas políticos contemporâneos. O mesmo se passa em relação à política desportiva. Estrategicamente colocado no capítulo da “Qualidade de Vida e do Desenvolvimento Sustentável”, no Programa do Governo, o desporto assume particular importância em áreas que muitos julgavam estar fora da sua órbita de actuação. Na economia, no turismo, no ordenamento do território, no ambiente, na política das cidades, na educação, na cultura, na solidariedade, no emprego é hoje pacífico o reconhecimento da sua influência e, dessa forma, a assunção da sua transversalidade.

Tendo presente esta centralidade política da actividade física e do desporto, o Governo, identificando os diversos segmentos/factores do desenvolvimento desportivo, concebeu e dirigiu medidas específicas para cada um deles.

De acordo com esta estratégia foram lançadas:

- Medida 1 “Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas” (dirigida aos Clubes e Associações Desportivas, apoiando obras de beneficiação nas instalações de apoio);
- Medida 2 “O Primeiro Relvado” (dirigida às Câmaras Municipais, financiando a construção de campos relvados sintéticos nos Municípios que não dispõem de nenhum grande campo de jogos relvado);
- Medida 3 “Modernização das Federações Desportivas” (dirigida às federações, tendo como objectivo criar melhores condições organizacionais e operacionais, com vista ao aumento da implementação social e desportiva das respectivas modalidades e à melhoria da sua competitividade internacional);
- Medida 4 “Mini-Campos Desportivos” (dirigida a Associações, Clubes e Freguesias, promovendo a prática desportiva em proximidade, privilegiando os “bairros críticos” com carências de oferta de equipamentos desportivos);
- Medida 5 “Clubes Históricos – Clubes de Praticantes” (dirigida aos Clubes e Colectividades desportivas com história e com passado comprovado de contributo efectivo em prol da prática desportiva, apoiando a modernização e requalificação da suas instalações e infra-estruturas desportivas);
- e a Medida 6 “Centros de Alto Rendimento” (dirigida às Federações e aos Municípios, tendo como objectivo o financiamento da requalificação e construção de centros de alto rendimento para cada modalidade).

Mas, como já tivemos oportunidade de referir, este modelo, embora dirigindo medidas específicas para cada um dos seus factores, opta por uma visão inclusiva e integrada do desenvolvimento desportivo, através da concretização de uma política de banda larga que promove a sua integração e complementaridade.

Neste quadro, o desporto de alto rendimento assume um papel determinante na política desportiva. Falamos do desporto enquanto actividade física competitiva, que contribui para a superação individual e para o prestígio colectivo, mas que ao mesmo tempo, está ao serviço do cidadão, da sua qualidade de vida e que concorre para a inclusão e coesão social. Este factor do desenvolvimento desportivo goza de um invulgar impacto no plano social e mediático, gerando um interesse e entusiasmo pelo desporto que contribui para a generalização da prática desportiva – objectivo central da actuação governativa.

Para o Governo o apoio ao alto rendimento deve ir além do financiamento das actividades desportivas e representações das selecções nacionais nas competições internacionais e do apoio contratualizado aos comités olímpico e paralímpico.

Ou seja, pela primeira vez no nosso país, o apoio ao alto rendimento contempla a aposta em infra-estruturas compatíveis, concebidas e vocacionadas para padrões elevados de exigência e especialização, imprescindíveis para a obtenção dos êxitos desportivos que todos ambicionamos.

Foi de acordo com esta estratégia que o Governo concebeu e lançou a Medida 6 “Centros de Alto Rendimento” (CAR). Esta Medida prevê o financiamento da requalificação e construção, a nível nacional, de CAR para cada modalidade desportiva, aproveitando as instalações existentes ou recorrendo a construções de raiz, mas sempre potenciando os recursos endógenos das diferentes regiões do País.

Pretende-se dotar o Portugal de uma rede de equipamentos e infra-estruturas com valências especializadas e orientadas para a formação, investigação, inovação, aperfeiçoamento e treino de praticantes de alto rendimento como meio de promover a qualificação e o desenvolvimento das várias modalidades desportivas segundo padrões de nível internacional.

Os CAR assumem-se como pólos de desenvolvimento regional. Contribuindo para dinamização das economias locais, aumentando a sua competitividade, gerando a procura de emprego qualificado, promovendo a atracção e fixação de pessoas e empresas nessas regiões. Pretende-se ainda, através de uma distribuição equilibrada pelo país, contribuir para o reforço da coesão social e territorial.

Esta medida, articulada com a restante acção governativa nesta área, assinala um salto qualitativo de enorme relevância na contribuição da política pública desportiva para o alcançar dos grandes desígnios estratégicos nacionais.

O desporto deixa de ocupar um lugar periférico na agenda governativa e assume a sua centralidade política.

Primeiro concurso da rede de alta velocidade avança em 2008

O PROJECTO de rede de alta velocidade português, referente ao troço Poceirão-Caia, do eixo Lisboa-Madrid, vai ter o seu primeiro concurso público no segundo trimestre de 2008.

O anúncio foi feito pela RAVE, na apresentação, no Centro de Congressos de Lisboa, do modelo de negócio para a rede ferroviária de alta velocidade, que assenta em seis parcerias público-privadas, o que vai permitir reduzir em 600 milhões de euros o investimento previsto.

O Estado assegurará 36 por cento do financiamento da rede ferroviária de alta velocidade, os fundos comunitários 19 por cento e os investidores privados 45 por cento.

Para o eixo Lisboa-Porto, a RAVE prevê que sejam gastos 4,5 mil milhões de euros, em vez dos 4,7 mil milhões previstos, e 2 mil milhões para a ligação Lisboa-Caia, excluindo terceira travessia do Tejo, contra os 2,4 mil milhões previstos.

A rede portuguesa estará segmentada em cinco troços, dois no eixo Lisboa-Porto (Lisboa-Pombal e Pombal-Porto), dois no eixo Lisboa-Madrid (Poceirão-Caia e Lisboa-Poceirão) e um troço do eixo Porto-Vigo (Braga-Valença).

O modelo de negócio apresentado conta com cinco parcerias público-privadas (PPP) para um prazo de 40 anos para a concepção, construção, exploração e financiamento da rede ferroviária de alta velocidade portuguesa.



Os sistemas de finalização e telecomunicações são autonomizados numa única PPP, referente à concepção, fornecimento e instalação, financiamento e manutenção dos sistemas para a totalidade do projecto, por um prazo de 20 anos, correspondendo a um investimento estimado de 0,6 mil milhões de euros.

Segundo este modelo de negócio, o Estado fica responsável pela aquisição de material circulante (comboios) que alugará aos futuros operadores, cabendo-lhe ainda a gestão de tráfego e alocação de

capacidade da infra-estrutura ferroviária associada ao projecto, garantindo o bom relacionamento entre os parceiros e os futuros operadores de passageiros e mercadorias.

A gestão de circulação e alocação de capacidade das linhas de alta velocidade será efectuada directamente pela REFER, à semelhança do que acontece actualmente com a rede ferroviária convencional.

Falando à margem da sessão realizada no Centro de Congressos de Lisboa, a secretária de Es-

tado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, disse que comparar o modelo de negócio da rede de alta velocidade ao modelo das SCUT “revela falta de reflexão sobre os conceitos”, uma vez que as parcerias público-privadas do modelo da rede de TGV “terão custos para o utilizador”, ao contrário do que acontece com as SCUT.

“No modelo de negócio da alta velocidade, os passageiros terão de pagar o bilhete de comboio e o operador terá de pagar uma taxa de utilização dos carris”, explicou,

acrescentando que a única comparação possível seria com “uma auto-estrada com portagem”, uma vez que existem custos para o utilizador.

Ligação Porto-Vigo concluída em 2013

Entretanto, em Viana do Castelo, o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), Carlos Lage, reafirmou que a ligação entre Porto e Vigo por TGV deverá estar concluída em 2013 e demorará menos de uma hora.

Carlos Lage, que falava à margem da sessão de assinatura de um contrato entre a comunidade urbana Valimar e a Parque Expo para a elaboração de um plano estratégico para os seis municípios que integram aquele organismo, adiantou que a linha Porto-Vigo custará, no lado português, e “em estimativas muito grosseiras”, entre 1200 milhões a 1300 milhões de euros, contemplando uma estação em Braga e outra em Valença, na fronteira com a Galiza.

A ligação será dividida em dois lanços, o primeiro entre Porto e Braga e o segundo entre Braga e Valença, que incluirá uma nova ponte sobre o rio Minho.

Segundo referiu ainda Carlos Lage, vai ficar reservado um canal para, no futuro, se construir uma linha “inteiramente nova” entre o aeroporto Sá Carneiro, no Porto, e Braga, tornando esse percurso “ainda mais rápido”.

Plataforma logística do Poceirão vai criar 12 mil empregos

VAI nascer no Poceirão a maior plataforma do país prevista no âmbito do programa governamental “Portugal Logístico”, um projecto com um investimento de 500 milhões de euros, e que irá criar 12 mil postos de trabalho, cinco directos e 7 mil indirectos.

A plataforma logística foi apresentada numa sessão pública, que contou com a presença do ministro das Obras Públicas, Mário Lino, e incluiu a assinatura do protocolo entre o Governo e o consórcio responsável pela concepção, financiamento, construção e exploração do projecto.

Com uma área total de intervenção de cerca de 400 hectares, a plataforma logística do Poceirão irá, a partir de 2009, funcionar como o principal centro de gestão centro de gestão logística na área da grande Lisboa, e o maior do país.

Localizada no concelho de

Palmela, esta infra-estrutura está vocacionada para apoiar as necessidades logísticas e de transporte da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente das mercadorias que utilizam os portos de Lisboa, Setúbal e Sines, potenciando a articulação dos fluxos logísticos regionais, nacionais e internacionais.

Esta localização privilegiada permitirá também a articulação com a futura linha de Alta Velocidade Lisboa-Madrid e de mercadorias Sines-Elvas.

Entre as infra-estruturas previstas contam-se uma área multifuncional, área intermodal, área de exposição, centro intermodal, centro de serviços, zona comercial, business center com auditórios e salas para reuniões e formação, área de restauração, hotel, jardim infantil, parque de lazer e zona verde



Marques Mendes convidou arguido em 21 processos a recandidatar-se à câmara

CASTELO DE PAIVA

AS SUSPEITAS da Concelhia do PS confirmaram-se: Marques Mendes tem dois pesos e duas medidas. É que o presidente da Câmara de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira (PSD), que admitiu ser arguido em pelo menos 21 processos, garantiu que o líder do seu partido o convidou para se recandidatar à autarquia em 2009.

O autarca laranja, que falava em sessão pública da Câmara, sublinhou que Marques Mendes “não telefonou a anular o convite”, feito “em almoço privado”.

Recorde-se que num acórdão datado de 6 de Junho, o Tribunal da Relação do Porto considerou “manifestamente improcedente” um recurso de Paulo Teixeira, que queria evitar o seu julgamento num processo por burla qualificada e falsificação de documentos.

O autarca do PSD é arguido neste processo por alegadamente ter vendido, como se fossem seus, terrenos que a sua família já teria transaccionado com a Câmara Municipal para reinstalar a feira local.

Tentando desvalorizar a decisão da Relação do Porto, Paulo Teixeira disse ao “Diário de Notícias”, que era arguido em 21 processos, e na sessão de câmara admitiu que até podem ser mais.

O vereador socialista Gonçalo Rocha, que suscitou a questão, lamentou que o presidente da Câmara optasse por “banalizar” os processos de que é alvo e que se tenha escusado a precisar o seu número exacto e a sua razão.

Sem resposta ficou também uma questão de Gonçalo Rocha, que também é líder do PS/Castelo



de Paiva, sobre uma eventual busca da Polícia Judiciária na Câmara de Castelo de Paiva

O vereador socialista considerou que a ausência de respostas afecta a “credibilidade” do presidente da câmara que fica “sem condições para manter o cargo”.

Os socialistas têm vindo a pedir a intervenção de Marques Mendes em Castelo de Paiva depois de se saber que o autarca do PSD local foi constituído arguido no processo dos terrenos para a futura feira

“Se Marques Mendes não intervier, se não se pronunciar, revela que tem dois pesos e duas medidas”, referiu a Concelhia do PS de Castelo de Paiva, comparando o caso de Paulo Teixeira com o de Carmona Rodrigues, em Lisboa.

O dirigente da Concelhia socialista disse que “se Paulo Teixeira mantiver o silêncio sobre os 21 processos em que se diz arguido

vai pedir ao MP que esclareça o assunto”.

O processo dos terrenos da feira remonta a 1985, quando a família de Paulo Teixeira vendeu à Câmara de Castelo de Paiva, por 13,5 mil euros, umas parcelas de terreno para aquela infra-estrutura.

Segundo o Ministério Público, os terrenos mantiveram-se inscritos nas Finanças em nome da família.

Doze anos depois, Paulo Teixeira foi eleito presidente da Câmara mas, ainda segundo o MP, não cancelou o registo nas Finanças e, ao invés, reinscreveu-os em nome da família na Conservatória do Registo Predial.

Vendeu-os depois, já em 1999, à empresa Paiva/Marco por 22,5 mil euros.

O autarca laranja é acusado dos crimes de dois crimes de falsificação de documento e um de burla qualificada. **J.C.C.B.**

Socialistas acusam maioria PCP/PSD de travar o desenvolvimento do concelho

CÂMARA DA MARINHA GRANDE

A ACTUAL maioria PCP/PSD na Câmara Municipal da Marinha Grande está a “colocar obstáculos” ao desenvolvimento económico e empresarial do concelho.

A denúncia foi feita pelo presidente da Concelhia socialista, Telmo Ferraz, em conferência de Imprensa, onde lamentou o facto de, não obstante o próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) dar “uma atenção particular nos financiamentos à competitividade económica”, o actual Executivo camarário “não ter nenhuma estratégia de execução de infra-estruturas em zonas industriais no concelho e muito menos na criação de parques industriais”.



Por outro lado, a Concelhia do PS afirma ter conhecimento “que a câmara se prepara para, através de exigências absurdas e sem sentido, impedir o funcionamento da ex-empresa Marividros, adquirida por via judicial pela VitroIbérica, fazendo com que 35 trabalhadores actuais, mais 20 no próximo ano, possam dar continuidade à sua actividade laboral”.

Assim, os socialistas da Marinha Grande consideram que “ao impedir esta empresa de funcionar, a actual maioria PCP/PSD está a dar a machadada final no subsector da cristalaria, fazendo com que deixe de funcionar uma das empresas que ainda persiste em manter-se neste sector tão emblemático para os marinhenses”.

A Concelhia do PS apela assim à actual maioria PCP/PSD “que reconsidere nas suas persistentes atitudes que desmotivam quem pretende investir no concelho” e que “permita a viabilização do projecto empresarial VitroIbérica sem exigências absurdas e sem sentido que apenas se traduzem em mais desemprego e em menos empresas” no concelho. **J.C.C.B.**

PS/NELAS CRITICA GUERRA DE COMUNICADOS DOS PARTIDOS DA MAIORIA

AO MESMO tempo que o concelho de Nelas se debate com os efeitos negativos da flagrante desgovernação do Executivo de coligação de direita, as comissões políticas concelhias dos partidos da maioria camarária (PSD/PP) envolvem-se numa guerra de comunicados que atinge os seus próprios militantes, à mistura com notícias e artigos “caluniosos” que visam algumas figuras ligadas ao PS. A denúncia é feita pelos socialistas de Nelas, num comunicado recente em que criticam estas “lutas pessoais” que – afirmam – nada têm a ver com os interesses do município, obedecendo antes a “interesses de grupos”.

Face às circunstâncias, o PS de Nelas garante que não se envolverá nestas contendas, mantendo a “postura responsável” que sempre o tem distinguido no acompanhamento próximo da evolução da situação política da autarquia e construindo uma “alternativa credível ao actual poder”.

Os camaradas de Nelas, “quer na autarquia, quer em ligação com as estruturas distritais e nacionais, têm desenvolvido uma importante actividade para manter o concelho nos níveis que havia alcançado”, lê-se no comunicado da Comissão Política Concelhia do PS local, onde também se assegura que os vereadores socialistas na Câmara Municipal “têm exercido um papel preponderante na fiscalização dos actos do Executivo e na apresen-

tação de propostas e soluções que minorizem os efeitos negativos da desgovernação” a que o concelho está votado.

Ainda no texto, a Comissão Política Concelhia de Nelas dá conta de que, após o chumbo das contas do município, os socialistas evitaram recentemente o desperdício de dinheiros públicos na compra de “terrenos de duvidosa utilidade”.

“Foi também por proposta do PS, aprovada por unanimidade, que se concretizou a cedência do novo terreno para a construção do Quartel dos Bombeiros de Nelas, conforme era sua pretensão”, recorda-se ainda no documento, onde os socialistas de Nelas também afirmam manter esforços continuados junto do Governo em prol da concretização de algumas obras e iniciativas “vitais para o futuro do concelho”.

Neste aspecto, salienta-se que o Executivo chefiado pelo camarada José Sócrates assumiu como prioridade a construção da ligação Viseu-Nelas-Seia (IC37), comprometendo-se a que esta seja feita por Nelas.

“Não obstante as pressões de lobbies ligados ao PSD, que pretendem a deslocação deste eixo para outros concelhos vizinhos, as comissões políticas do PS de Seia, Viseu e Nelas, continuam, em conjunto, a acompanhar este processo e a lutar pela concretização deste eixo viário fundamental”, afirma, por último, o comunicado. **M.R.**

MELHOROU A OFERTA DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

VILA DO CONDE

A PRESTAÇÃO de cuidados de saúde primários à população de Vila do Conde está hoje “melhor” do que antes da assinatura do protocolo entre a autarquia e o Ministério da Saúde, afirmou o deputado socialista Manuel Pizarro.

“A oferta está melhor porque, além do Serviço de Atendimento de Situações Urgentes (SASU) das Caxinas, também já funciona a consulta no Centro de Saúde de Vila do Conde todos os dias até às 22 horas”, explicou.

As afirmações de Manuel Pizarro surgem na sequência de uma visita que um grupo de deputados eleitos pelo PS no círculo do Porto fez ao Centro de Saúde de Vila do Conde para “avaliar a forma como está a ser implementado o protocolo” assinado entre a Câmara de Vila do Conde e o Ministério da Saúde, no quadro do programa de reorganização das urgências.

“Ficamos satisfeitos”, disse Manuel Pizarro, salientando que, além da melhoria da oferta de cuidados de saúde primários, também está em perspectiva a redução substancial de utentes sem médico de família.

Actualmente, entre os mais de 70 mil utentes existentes em Vila do Conde, cerca de 12 mil não possuem médico de família, situação que poderá acabar com a criação de uma Unidade de Saúde Familiar (USF).

“Está a ser preparada a candidatura de uma USF em Vila do Conde, sendo expectável que a sua entrada em funcionamento possa resolver o problema dos utentes sem médico de família”, afirmou o deputado socialista.

Segundo Manuel Pizarro, a USF de Vila do Conde poderá entrar em funcionamento antes do final deste ano, tendo os deputados socialistas assumido o compromisso de “remover os obstáculos” que eventualmente possam surgir neste processo.

Relativamente ao funcionamento das urgências em Vila do Conde, Manuel Pizarro reafirmou que este serviço apenas encerrará entre a meia-noite e as 8 da manhã “quando existirem as condições necessárias”, ou seja, uma viatura de suporte intermédio de vida que assegure o transporte dos doentes até ao Hospital da Póvoa de Varzim.

CONCELHIA SOCIALISTA REALIZA I ENCONTRO "VIVER MIRANDELA"

JUNTAR a voz de todos aqueles que querem um concelho economicamente mais dinâmico, ambientalmente mais equilibrado, socialmente mais justo e culturalmente mais activo num espaço de debate aberto é o objectivo que está na base do projecto "Viver Mirandela", promovido pela Comissão Política Concelhia do PS local.



as importantes questões que se prendem com o emprego, a formação profissional, a solidariedade e a igualdade.

Júlia Rodrigues defendeu na ocasião, em que esteve presente o camarada Fernando Peixinho em representação da Federação do PS de Bragança, que "não poderá haver igualdade de oportunidades sem a participação alargada de todos".

"Só através da participação activa da comunidade, na definição de políticas locais de emprego, se poderá permitir a fixação de jovens em Mirandela, junto à família e aos seus amigos", afirmou a dirigente do PS, neste primeiro encontro do "Viver Mirandela", que terminou ao som de fados de Coimbra, e em que o presidente da Juventude Socialista local, Ricardo Lino, apresentou também o programa dos jovens socialistas mirandelenses. **M.R.**

Num jantar-convívio que juntou largas dezenas de pessoas num restaurante desta cidade transmontana, a camarada Júlia Rodrigues, presidente da Comissão Política do PS/Mirandela, apresentou formalmente a iniciativa, realçando que ela visa "fomentar a participação cívica" e dar um "novo impulso no orgulho de ser mirandense".

Para isso, frisou, é "necessário debater e procurar as soluções adequadas à revitalização do tecido empresarial do concelho e à criação de novas oportunidades".

"É através deste fórum de debate que podemos também promover a coesão social e territorial da cidade, vila e de todas as freguesias", sustentou, sem esquecer

Miguel Freitas defende atitude pró-activa no interior algarvio

A POSTURA de "resistência e queixa sistemática" adoptada no interior algarvio deve ser substituída por uma atitude "pró-activa" que permita atrair empresas e fixar jovens naqueles territórios. A ideia foi defendida pelo presidente da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas, em Alcoutim.

Ao intervir no debate "Novas oportunidades para o interior do Algarve", promovido pela estrutura local do nosso partido, o líder dos socialistas algarvios sublinhou a importância de criar um plano estratégico para o interior em que se definam "aquelas que são as forças intrínsecas do seu território", os seus principais "clusters" e articule medidas para evitar a desertificação.

"Numa área com recursos escassos não se pode seguir uma política de investimento difuso", afirmou Miguel Freitas, sustentando de seguida que os municípios do interior algarvio devem definir um programa de promoção que permita atrair bom investimento privado e incentivar a fixação de jovens, através de políticas de habitação atractivas.

Neste sentido, considerou fundamental que o ciclo estatal de criação de escolas e equipamentos dê lugar à criação de condições efectivas para atracção e fixação de um tecido empresarial estável.

"Temos que atrair gente nova e empresas", sintetizou, exemplificando com o caso concreto de Alcoutim que, na última década, mereceu um investimento duas



vezes superior ao litoral, sem, contudo, conseguir travar a migração populacional.

Todavia, ressaltou, em matéria de mobilidade e acessibilidades há um trabalho a fazer, exigindo mais rapidez na execução das obras já começadas.

"Não é aceitável que para se construir o IC27 seja preciso mais de uma década", referiu, acrescentando que a ligação de Alcoutim ao litoral "já foi um avanço, mas a ligação a Bela é essencial e continua a marcar passo".

Miguel Freitas advogou também a criação de um Plano Director Intermunicipal para o Guadiana que agregue os concelhos de Ta-

vira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim, por forma a ser possível perspectivar conjuntamente as questões relativas à serra, ao litoral e ao rio, criando ainda mecanismos de compensação para territórios mais desfavorecidos.

Quanto ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), Miguel Freitas apontou para a existência de preocupações que se prendem essencialmente com a "segregação de medidas que houve entre o FEDER e o FEADER", constituindo-se assim uma "zona inzernta muito larga entre os dois instrumentos" que, defendeu, "tem de ser clarificada". **M.R.**

Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE (total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota normal:
semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
Quota reduzida:
semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

Linha Azul
808 201 695
Contamos consigo!



Concelhia de Coimbra faz balanço do trabalho realizado

PASSADO um ano da sua tomada de posse, a Concelhia de Coimbra fez um balanço da actividade desenvolvida a todos os militantes do distrito, à Federação e aos órgãos nacionais do PS, "já com os olhos postos no trabalho de mobilização e participação que tem de ser desde já realizado com vista aos actos eleitorais previstos para 2009", conforme explicou ao "Acção Socialista" o líder desta estrutura, Luís Vilar.

Assim, no mail enviado aos militantes, a Concelhia de Coimbra refere que foram realizados "debates mensais abertos a todos os militantes, com os nossos deputados e outras personalidades incluindo independentes", foi criado "o jornal electrónico da Concelhia (www.psoimbra.org), onde se encontra toda a actividade do Secretariado, comunicados, artigos de opinião, intervenções dos nossos autarcas e demais actividade política desenvolvida" e foi elaborado o "Guia do Autarca".

A Concelhia sublinha ainda



que aumentou o número de militantes e procedeu-se à modernização da organização interna de funcionamento, "introduzindo novas tecnologias e o sistema de nos comunicarmos por mensagem".

Luís Vilar sublinha que foi cumprido "na totalidade" todo o programa de acção "que queremos e vamos manter, nomeadamente os pontos mais importantes", acrescentando: "Não estamos parados e, ao mesmo tempo vamos visitando as nossas secções, dando voz aos militantes, debatendo com eles problemas nacionais, dis-

triais, concelhios e locais. É um trabalho árduo, porque ao mesmo tempo, não temos poupado críticas à (não) gestão do PSD".

O presidente da Concelhia refere ainda que recentemente teve lugar um plenário de secretariados de secções "para nos começarmos a preparar para abrir ainda mais ao exterior e para iniciarmos o debate sobre o conjunto de eleições que o PS terá de travar em 2009", e que solicitou a realização de assembleias gerais de militantes nas secções de residência.

Paralelamente, Luís Vilar anuncia que a partir de Setembro/Octubre pretende criar um Conselho Consultivo da Concelhia de Coimbra, com militantes e independentes, "para podermos ter um projecto e programa de acção que tire Coimbra do marasmo em que o PSD nos colocou, e que seja resultado de um trabalho colectivo, sem protagonismos individuais que por legítimos que sejam, não se pode sobrepor ao PS e a Coimbra". **J.C.C.B.**

Federação de Setúbal promove seminário sobre cultura

A ACTIVIDADE e produção culturais têm uma importância central e crescente no desenvolvimento económico dos países. Esta a ideia que atravessou as intervenções realizadas no âmbito do seminário promovido pela Federação de Setúbal do PS, no passado dia 21 de Junho, sobre “Tendências e Políticas Culturais”.

Dando continuidade a uma estratégia de descentralização de iniciativas, os socialistas de Setúbal organizaram um encontro, na Biblioteca Municipal da Moita, em que participaram como oradores o deputado Luis Fagundes Duarte e a escritora Lídia Jorge, contando ainda com a presença de representantes de todos os concelhos.

Após a abertura desta sessão pelo presidente da Federação, Vítor Ramalho, Fagundes Duarte deu conta do grande peso que hoje têm as actividades culturais e o em-



prego por elas gerado no Produto Interno Bruto (PIB) das nações mais desenvolvidas, sublinhando de seguida a importância de não negligenciar esta realidade e de cuidar de perto os aspectos relativos à cultura, definindo políticas modernas para o sector.

Por sua vez, a escritora Lídia Jorge reflectiu sobre a exportação da cultura que os países anglo-saxónicos fazem actualmente, vincando muito particularmente que os Estados Unidos da América e a Inglaterra colocam no mercado cultural internacional cerca de 80 por cento do que produzem, importando apenas cerca de 4 por cento do que se produz no mundo no sector.

Neste sentido, referiu-se também ao caso português, evidenciando a riqueza da nossa cultura e a necessidade de se delinarem e implementarem estratégias eficazes para a sua divulgação e afirmação no panorama internacional, frisando ainda a crescente importância que a produção cultural tem demonstrado ter no quadro da globalização económica. **M.R.**

Socialistas da Póvoa propõem desconto nas ligações ao saneamento

O PS DA PÓVOA de Varzim anunciou recentemente que vai propor à autarquia local “uma redução de 50 por cento” no custo das ligações domésticas à rede de saneamento.

Esta medida é, no entender do presidente da Concelhia socialista, Renato Matos, “financeiramente sustentável” e “recomendável”, uma vez que está em causa a possibilidade da cidade se afirmar como local de atracção turística e em muito dependente do turismo balnear.

Em conferência de Imprensa, o dirigente do PS da Póvoa sustentou que, “com esta medida, será possível elevar a adesão dos municípios ao saneamento e arrecadar mais receita num curto espaço de tempo”.

Na ocasião, o camarada Renato Matos referiu-se às “nefastas consequências” para o ambiente e saúde públicas que poderão decorrer da manutenção da actual realidade, apresentando de seguida mais três propostas para resolver desde já o



problema do tratamento das águas residuais no concelho, que no Verão afecta as praias locais.

“Não podemos esperar até 2010 para resolver este problema”, considerou o dirigente socialista, reagindo a um anúncio recente da empresa multimunicipal Águas do Ave segundo o qual os problemas de saneamento de Vila do Conde e Póvoa de Varzim ficarão resolvidos dentro de três anos com a construção de uma ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) e de 63 quilómetros de grandes tubagens.

Renato Matos considerou então

que a câmara poveira deve agir de imediato, assegurando uma “rigorosa e efectiva fiscalização das ligações clandestinas” pelas quais as águas residuais são canalizadas para a rede municipal.

Outra das medidas propostas pelo PS local prende-se com os efluentes produzidos pelas vacarias que laboram num concelho que tem na pecuária uma das principais actividades económicas.

Neste domínio, os socialistas são a favor de um “tratamento diferenciado”, propondo que esses efluentes, que também vão para o sistema de águas pluviais, sejam aproveitados para “energias renováveis”, como biogás.

A estrutura local do PS defende ainda que o tratamento das águas residuais da “parte norte do concelho” seja feito na ETAR da Apúlia, em Esposende, que é da responsabilidade da Águas do Ave, vindo a ser beneficiadas as populações das freguesias de Aver-o-Mar, Aguçadoura, Estela e Navais. **M.R.**

PS exige redução generalizada das tarifas de saneamento básico em Paços de Ferreira

É FUNDAMENTAL proceder a uma redução generalizada das tarifas de ligação às redes de água e esgotos de Paços de Ferreira para os valores praticados antes de iniciada a concessão à empresa AGS, do grupo Somague. A exigência partiu do PS local, surgindo na sequência de uma decisão do Executivo camarário (PSD) de dar instrução à concessionária AGS no sentido de reduzir apenas algumas tarifas.

Todavia, os socialistas, na oposição, consideram que tal redução é “curta e violadora do princípio da igualdade”.

Além disso, a decisão autárquica seguiu-se ao protesto popular contra os preços “exagerados” da água que decorreu na Freguesia de Carvalho, após a privatização do serviço.

“O povo saiu à rua e o PSD viu-se obrigado a, pelo menos, tentar demonstrar que se preocupa mais

com a população do que com os resultados financeiros de uma empresa privada”, afirmou um representante da estrutura socialista local, que lamentou de seguida que a anunciada redução do preço cobrado pela ligação à rede de água e saneamento “apenas se aplique às moradias unifamiliares”, ou seja, excluindo as moradias geminadas ou com um pequeno comércio no rés-do-chão e os apartamentos. **M.R.**

OPINIÃO



MARIA SANTOS
Membro da Comissão Nacional

Se Lisboa ficou, decisivamente, associada à Estratégia Comunitária de Crescimento e Emprego, aprovada durante a excelente presidência de António Guterres, não posso deixar de manifestar o quanto gostaria de ver, mais uma vez, o nome da nossa capital inscrito no glossário político europeu, ao identificar o novo texto constitucional como: o Tratado de Lisboa

DA “A EUROPA CONNOSCO” AO “TRATADO DE LISBOA”!

NO MOMENTO em que as oposições, prematuramente, pretendem levar a referendo o novo Tratado da União (não uma Constituição Europeia) e, com isso, limitar a acção política da presidência portuguesa, impõe-se, a cada um de nós, uma reflexão acrescida, sobre o nosso papel na edificação deste “caminho” de paz, liberdade e prosperidade, iniciado há 50 anos.

Longe vão os tempos da “Europa Connosco”! No entanto, esse terá sido, após a madrugada libertadora do 25 de Abril, um dos mais relevantes desafios lançados, por Mário Soares, aos portugueses. Todos sabemos que o processo de tomada de decisão da União Europeia, é muito complexo porque, para além de envolver a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu, os Estados-membros detêm um papel indispensável no quadro negocial e, na aprovação dos actos normativos comunitários. Por isso, a poucos dias do início da terceira presidência portuguesa, quando o primeiro-ministro se prepara para desempenhar das mais gratificantes “tarefas” políticas, liderando um processo que leve à adopção de um novo Tratado, gostaria de sinalizar que estamos perante mais uma importante fase dessa “grande aventura europeia”.

A União Europeia aprova, regularmente, milhares de resoluções com impacto no nosso quotidiano. A sua produção legislativa em matéria ambiental, por exemplo, é uma das mais vastas e variadas, abrangendo, entre outros, os sectores da água, do clima, da fauna e da flora, do ruído, dos resíduos e dos químicos, bem como programas de acção, desenvolvimento sustentável ou avaliação ambiental. Há, de facto, um “mundo legislativo” e de princípios básicos da política de ambiente na União, que lhe confere um lugar destacado e de liderança nesta importante área de governação. O valioso acervo comunitário em termos de ambiente, saúde pública e defesa do consumidor, constitui, decerto, uma das “traves mestras” do “corpus” jurídico europeu.

Mas se esta actividade é, a todos os títulos, indispensável para a construção europeia, não podemos, nem devemos, menosprezar a carga simbólica de muitos dos actos com que identificamos o “projecto institucional e político” mais inovador e marcante da história contemporânea. Se Lisboa ficou, decisivamente, associada à Estratégia Comunitária de Crescimento e Emprego, aprovada durante a excelente presidência de António Guterres, não posso deixar de manifestar o quanto gostaria de ver, mais uma vez, o nome da nossa capital inscrito no glossário político europeu, ao identificar o novo texto constitucional como: o Tratado de Lisboa.

A União Europeia está, sem dúvida, a necessitar de um forte impulso reformador, não só porque a “sociedade planetária” se confronta com uma plêiade de novas problemáticas, mas porque a globalização “despertou”, ou impôs, “novos” modos de vida. A genuinidade europeísta exige mais ambição e militância. Hoje, mais do que nunca, importará saber, não apenas o que esperamos da Europa, mas, principalmente, o “que podemos fazer” para que a União se consolide política e socialmente, como uma das mais significativas “obras” da democracia mundial!

Tratado europeu é prioridade da presidência portuguesa

JOSÉ Sócrates comprometeu-se em Bruxelas a fazer das negociações finais do novo tratado europeu a “prioridade absoluta” da presidência portuguesa da União Europeia (UE) que tem início no próximo dia 1 de Julho.

José Sócrates falava aos jornalistas no final do Conselho Europeu de Bruxelas, onde os líderes dos 27 conseguiram chegar a acordo sobre um novo tratado simplificado, substituto da Constituição europeia, após uma longa e difícil maratona negocial.

Visivelmente satisfeito por ter obtido na cimeira de Bruxelas o melhor resultado possível, que permitirá à presidência portuguesa da UE pilotar o processo de redacção do novo Tratado no quadro de uma conferência intergovernamental, o primeiro-ministro disse que a “Europa precisava deste acordo” e que Portugal está preparado para abrir e fechar em três meses uma conferência intergovernamental para traduzir o entendimento entre os líderes europeus num novo tratado “reformador”.

Depois de saudar o bom trabalho realizado pela presidência alemã “a favor da Europa”, Sócrates subli-



nhou que, com o problema do tratado praticamente resolvido, a Europa pode agora “passar à acção”.

Estão agora reunidas as condições para que o acordo alcançado em Bruxelas abra caminho ao Tratado de Lisboa.

Outros temas centrais da presidência portuguesa serão a cimeira

UE-Brasil, agendada para 4 de Julho, e a cimeira UE-África, prevista para 8 de Dezembro, além das cimeiras euro-mediterrâneas.

Sócrates debate com jovens

O arranque da presidência portuguesa da União Europeia vai ser

assinalado com um debate com 27 jovens em representação dos 27 Estados-membros da União.

Intitulado “A tua Europa, o teu futuro” o mesmo tema das recentes comemorações dos 50 anos da União Europeia, o encontro de José Sócrates com os jovens europeus terá lugar nas instala-

ções permanentes da presidência portuguesa, no Parque das Nações.

Os 27 jovens que estarão em debate com o primeiro-ministro português pertencem ao programa “Erasmus” da União Europeia, através do qual muitos milhares de jovens europeus já tiveram experiências de ensino em universidades de outros Estados-membros da União.

O programa Erasmus é o símbolo de uma Europa aberta, plural e sem fronteiras ao nível da circulação, princípios pelos quais o primeiro-ministro sempre se bateu.

A assistir ao debate entre o primeiro-ministro e os representantes dos 27 Estados-membros estarão presentes cerca de uma centena de jovens pertencentes a instituições e associações de juventude.

QUATRO PERGUNTAS A ARMANDO FRANÇA

Coordenador do Grupo Parlamentar na Comissão de Assuntos Europeus

PARECE-LHE pertinente que as oposições insistam em pedir uma consulta popular em relação o novo Tratado (já não Constituição), quando antes não referendámos nenhum outro tratado, caso da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), o Tratado de Nice ou a nossa adesão à moeda única?

É preciso esclarecer que Portugal não só não referendou a sua entrada para a então CEE (hoje União Europeia), em 1986, sob o grande impulso do nosso Mário Soares, como depois disso e já membro da Comunidade, Portugal não referendou nem o importante e decisivo Tratado para a construção da Europa política, económica e monetária, como foi o Tratado de Maastricht (1992), nem os que se lhe seguiram como o de Amesterdão e de Nice, nem tão-pouco a adesão de Portugal à moeda única. Portanto, nesta área Portugal não tem nenhuma tradição referendária. As necessárias ratificações sempre foram feitas pelo parlamento nacional, na consideração de que os parlamentares são os legítimos representantes da vontade popular. De resto, todas as ratificações sempre foram feitas com sólidas e largas maiorias. Acontece que este Tratado, para o qual a presidência portuguesa da União tem um mandato, não é um verdadeiro Tratado no sentido Constitucional do termo – até porque se manterão em vigor outros dois tratados fundacionais da União – mas, antes, um Tratado Institucional, isto é, um instrumento jurídico que aperfeiçoa, operacionaliza e dá conteúdo e vínculo jurídico (por exemplo: presidente do Conselho, alto representante para as Relações Externas e Segurança, Carta dos Direitos



Fundamentais) a algumas instituições, órgãos e princípios da União. Ora, as oposições sabem muito bem disto, pelo que a sua insistência no referendo parece-me meramente tático e para aparecerem junto das populações como detentoras da verdade democrática, no que respeita à participação. Mas, como sabemos, nesta matéria o PS não só nada teme, como nada deve.

O primeiro-ministro foi ao Parlamento apelar a um amplo consenso político para a presidência portuguesa da União Europeia, defendendo que só após a conclusão das negociações do Tratado se deve então encarar a questão do referendo. Esta posição defendida por José Sócrates parece-lhe equilibrada ou julga que se trata antes de um estratagema, como acusam as oposições, para não realizar o referendo?

O nosso primeiro-ministro assumiu no Parlamento uma postura de grande sentido de Estado e de grande sentido de responsa-

bilidade; portanto, o contrário do sugerido estratagema. É que, em primeiro lugar, neste momento o que temos é um mandato da União e não um Tratado Constitucional. Depois, até termos Tratado, muita “água há-de passar sobre as pontes”. Não é que estejamos pessimistas quanto à sua conclusão e quanto à capacidade do nosso Governo para obter consensos. Mas, a verdade é que a elaboração do Tratado é sempre complexa e o acordo entre os 27 Estados-membros sobre aspectos de pormenor, mas importantes, técnico-jurídicos e políticos, será sempre uma tarefa nada fácil. Certo, certo é que neste momento, o que temos é um mandato. E tão só. Por isso, certa, prudente e realista foi a posição do nosso primeiro-ministro.

Algumas vozes do maior partido da oposição têm, entretanto, vindo a público defender a tese de que a realização do referendo ao novo tratado da União Europeia pode ser dispensada. Alegam que a ratificação pelos parlamentos será suficiente. Luís Filipe Menezes, presidente do município de Gaia ou o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz, por exemplo, defendem que quem acredita na democracia representativa apoia a rectificação pelos parlamentos. Concorda ou pensa que ainda há espaço para a realização de uma consulta popular?

É importante e fundamentada a posição das personalidades que citou, embora nós não saibamos a que Tratado se estão a referir: se a um verdadeiro Tratado Constitucional se a um Tratado como aquele que se perspectiva (esperemos que venha a ser denominado de

Tratado de Lisboa). E é claro que há muitas personalidades que pensam como eles, nomeadamente o Presidente da República. Eu penso que se o documento que vier a ser aprovado na presidência portuguesa não for um Tratado Constitucional tal como atrás refiro, que o PS não está programaticamente vinculado à realização de um referendo e que a ratificação do Tratado pode muito bem ser feita pela Assembleia da República, a qual, de resto, tem toda a legitimidade e competência constitucional para isso.

O PSD já garantiu que tudo fará para que a presidência portuguesa da UE, que decorrerá durante o segundo semestre de 2007, seja um sucesso. Há razões para duvidar desta posição?

Temos de dar o benefício da dúvida, se ela existir, da bondade dessa garantia do PSD. É que o que está em causa é muito mais do que os interesses nacionais. São os interesses da União Europeia, isto é, o interesse de cerca de 500 milhões de cidadãos (somos sempre pela Europa dos cidadãos) e numa altura em que a Europa e o mundo têm de enfrentar grandes desafios e problemas complexos, como toda a gente sabe. Mas eu estou certo que vamos fazer uma boa e qualificada presidência, pois temos uma liderança política com o nosso primeiro-ministro, José Sócrates, temos muita experiência (já fizemos duas presidências) e membros de Governo de grande qualidade, bem como boa diplomacia. Claro que ninguém faz nada sozinho e a participação e vontade dos dirigentes políticos dos restantes Estados-membros é essencial. Nós confiamos.

“Queremos reafirmar o nosso compromisso com o projecto europeu”

DEBATE MENSAL

O novo Tratado da União Europeia será mais um “tratado internacional, sem natureza constitucional que preservará o equilíbrio institucional já acordado”. Foi com esta garantia que José Sócrates iniciou a sua intervenção na abertura do debate mensal na Assembleia da República, dedicado à presidência portuguesa da UE. Sócrates classificou ainda de grande significado político as cimeiras que a presidência portuguesa vai realizar com o Brasil, África, Ucrânia e Rússia.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

PORTUGAL assume dia 1 de Julho a presidência da União Europeia (UE), ocasião, como referiu o primeiro-ministro, para que o “país reafirme aquele que é o seu compromisso firme com o projecto de construção europeia”.

Depois de garantir que a presidência portuguesa tudo fará para que a “Europa se torne cada vez mais forte” e desta maneira ajude o “mundo a tornar-se também ele mais forte”, José Sócrates lembrou que a Europa tem de ser mais consistente na defesa dos seus princípios para que desta forma consiga vencer os impasses que lhe têm estado a encurtar os passos, “uma Europa capaz de enfrentar os desafios globais e que aproveite as oportunidades destes tempos de mudança”, mas também uma Europa que saiba construir novas pontas de diálogo e que seja uma voz mais presente, activa e decisiva num mundo que precisa de estabilidade, de justiça e de desenvolvimento.

A presidência portuguesa, disse, “articula-se, por isso, em torno de três eixos fundamentais: a reforma dos Tratados, uma agenda de modernização das economias e das sociedades europeias e o reforço do papel da Europa no mundo”.

Perante este quadro, acrescentou José Sócrates, “decidi convocar a conferência intergovernamental”, que terá o seu início no próximo dia 23 de Julho, à margem do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros.

O nosso objectivo, afirmou ainda o primeiro-ministro, “é não perder a dinâmica do acordo alcançado em Bruxelas e aprovar o mais depressa possível um novo tratado para a União Europeia”.

No que respeita ao ponto sobre as negociações entre os 27 Estados-membros, o primeiro-ministro frisou a ideia de que o mandato agora entregue a Portugal, “permite preservar o equilíbrio institucional anteriormente acordado, modificando somente a data de entrada em vigor da denominada dupla ponderação dos votos no Conselho”, que ficou prorrogada

para 2014, com um período de transição até 2017.

O acordo estabelecido em Bruxelas, lembrou José Sócrates, introduziu ainda aquilo que o primeiro-ministro considerou uma “inovação importante”, com o reforço do papel dos parlamentos nacionais no controlo do respeito pelo princípio da subsidiariedade por parte das instituições europeias.

Para José Sócrates, “só após a conclusão das negociações do tratado se poderá então analisar a questão do referendo”, considerando prematuro colocar desde já a questão da consulta na agenda política.

Como disse o primeiro-ministro, o êxito das negociações sobre o novo tratado, contribuirá em muito para o sucesso de um novo ciclo da Agenda de Lisboa, aprovada na presidência portuguesa de 2000, quando António Guterres liderava então o Governo português, passando a Estratégia de Lisboa a estar de novo no centro das preocupações dos diversos Estados-membros.

O que vamos fazer, garantiu o responsável pelo Executivo, “é contribuir activamente para um novo ciclo da Agenda de Lisboa”, que será, recordou, aprovado na Primavera de 2008, durante a presidência eslovena.

Para além das preocupações que rodeiam o novo Tratado Constitucional, a presidência portuguesa irá ainda lançar outros temas para a discussão a 27, como será o caso de um “plano de acção tecnológico em matéria de energia”, com especial destaque, como sublinhou, em relação à “eficiência energética”.

Também os temas ligados ao protocolo de Quioto, a escassez de água e a construção de uma política marítima europeia, serão também assuntos que serão focados e merecerão todo o interesse da presidência portuguesa da União Europeia.

Em relação à Estratégia de Lisboa, Sócrates é da opinião que terá chegado o momento de debater aquilo que classificou como as “melhores formas de coordenação das políticas de emprego”, perspectivando, como disse, “potenciar a



A ideia-força que vai orientar a presidência portuguesa da União Europeia passa por ajudar a construir uma Europa mais forte para um mundo melhor

JOSÉ SÓCRATES

criação de mais postos de trabalho que sejam efectivamente sustentáveis no actual quadro de grande competição global em que nos encontramos”.

Para que esta estratégia possa ter o êxito desejado, defendeu, é necessário enraizar e estreitar de forma segura “a qualificação dos recursos humanos, a conciliação do trabalho com a vida familiar ou a luta contra a pobreza” não deixando para trás igualmente o debate sobre a flexigurança.

Apesar das críticas de que tem sido alvo em Portugal, a flexigurança, lembrou o primeiro-ministro, nem por isso tem estado fora da agenda europeia, iniciativa que em sua opinião deverá contudo orientar-se pela “procura de soluções integradas e equilibradas”, no sentido de alcançar a “tradução prática em princípios gerais e comuns a nível europeu, e que tenham em conta ainda a diversidade das realidades sociais nos diferentes Estados-membros”.

Igualmente em relação à cooperação judiciária e policial, o primeiro-ministro garantiu que a presidência portuguesa dará toda a cooperação à luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada.

De prioritária importância para Portugal e para a União Europeia, disse ainda José Sócrates, são também as cimeiras que a presidência

portuguesa está a organizar com a China, Rússia, Ucrânia, África e Brasil.

De todas as iniciativas que terão lugar nos próximos seis meses da presidência portuguesa há contudo três iniciativas, para além das negociações sobre o Tratado Constitucional, no domínio da política externa europeia em que José Sócrates disse que a presidência portuguesa quer deixar a sua marca. A cimeira com o Brasil, a 4 de Julho, as conferências euromediterrâneas e a cimeira com África, que se desenrolará durante o mês de Dezembro.

Pelo enorme epopeia que a presidência portuguesa da União Europeia tem pela frente nos próximos seis meses, o primeiro-ministro pediu o apoio dos portugueses, lembrando que o projecto europeu “sempre representou um objectivo político maior e que sempre esteve assente num largo consenso nacional”.

A primeira intervenção da bancada socialista esteve a cargo do deputado Manuel Maria Carrilho que secundou as posições do primeiro-ministro.

Centrar a atenção no Tratado

Falando no encerramento do debate, Alberto Martins recordou a importância que teve para Portu-

gal a adesão à então Comunidade Económica Europeia, em 1986, defendendo que existem duas datas que marcam o país: o 25 de Abril de 1974 e a adesão de Portugal à Europa.

Para o líder parlamentar socialista a UE já constitui hoje “um traço da nossa identidade colectiva”, reconhecendo a importância do “grande consenso que existe hoje na sociedade portuguesa sobre a construção europeia”.

Ninguém hoje tem dúvidas, referiu, sobre a dedicação e o empenho que a grande maioria do povo português tem devotado à construção europeia e o apoio que lhe tem dado para que se torna cada vez mais forte mais justa e mais solidária.

“Mas não tenhamos ilusões”, disse, nisto da construção europeia “como em tudo na vida as unanimidades não existem”.

Sabemos desde sempre que os portados “à nossa esquerda nunca concordaram com esta Europa” e isto, justifica, porque sempre defenderam “uma Europa do subsídio, da dependência do Estado e do egoísmo nacional”.

Este facto, defendeu, “não nos deve impedir de centrarmos a nossa atenção no Tratado Europeu”, já que se trata, como disse, “de um instrumento decisivo para que a Europa se torne mais unida e cada vez mais forte”.

LISTA DE CANDIDATURA EFECTIVOS



1

António Costa
Advogado.
Licenciado em Direito.
Foi deputado municipal em Lisboa; vereador da Câmara Municipal de Loures; deputado à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu; secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares; ministro dos Assuntos Parlamentares; ministro da Justiça; ministro de Estado e da Administração Interna.
É candidato à presidência da Câmara de Lisboa na candidatura UNIR LISBOA.



4

Marcos Perestrello
Gestor.
Licenciado em Direito.
É vice-presidente do Grupo Parlamentar e membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista
É diretor-geral do Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Seguros Automóveis.



8

Helena Freitas
Mestre em História de Arte.
É assessora do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian; curadora de variadas exposições de Artes Plásticas e, recentemente, da Exposição "Amadeo de Souza Cardoso - Diálogos de Vanguarda" na Fundação Calouste Gulbenkian.



13

Catarina Molder
Curso superior de Canto pela Escola Superior de Musica de Lisboa.
É coordenadora e directora artística do Projecto Educativo Descobrir a Música na Gulbenkian, do Serviço de Música da Fundação Calouste Gulbenkian.



2

Manuel Salgado
Professor catedrático convidado de Arquitectura do Instituto Superior Técnico.
Prestigiado arquitecto português, com inúmeros prémios nacionais e internacionais na área de Arquitectura e Espaço Público e participação em projectos como a Expo 98, o Centro Cultural de Belém ou o novo Estádio do Dragão.
Integrou o comissariado Baixa-Chiado, responsável pela elaboração da proposta de revitalização daquela zona da nossa cidade.



5

Rosália Vargas
Directora da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica Ciência Viva do Ministério da Ciência e Tecnologia.
É membro do Board do European Network of Science Centres and Museums desde 2001; membro do International Programme Committee of 5th Science Centre World Congress 2008; membro do Conselho Nacional de Educação.



9

Rosário Farmhouse
Licenciada em Antropologia.
É directora do Serviço Jesuíta aos Refugiados e membro do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração



14

Paulo Pais
Arquitecto.
Foi presidente do Conselho Directivo Regional do Sul da Ordem dos Arquitectos.
É director da Direcção de Projecto do Plano Director Municipal da Câmara Municipal Loures.



6

José Cardoso da Silva
Licenciado em Finanças.
Foi subsecretário de Estado da Administração Industrial do IV Governo Provisório; presidente do BBVA Portugal; director-geral do BCP.
É administrador não executivo do Banco de Investimento Imobiliário; administrador não executivo do Fundo Margueira.



10

Manuel Brito
Mestre em Ciências da Educação.
Foi presidente do Instituto Nacional do Desporto; membro da Direcção do Comité pour le Développement du Sport (Conselho da Europa).
É professor universitário na área de Organização e Desenvolvimento do Desporto (ULHT).



15

Clara Pinto
Mestre em História das Civilizações Pré-Clássicas, Egíptologia.
Foi conferencista na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.



3

Ana Sara Brito
Professora adjunta do ensino superior politécnico
Foi vereadora da Câmara Municipal de Lisboa entre 1982 e 1989, com os pelouros da Habitação, Educação e Intervenção Social; presidente da Junta de Freguesia da Encarnação/Bairro Alto entre 1989 e 2004.
É deputada municipal de Lisboa.



7

Gabriela Ventura
Advogada.
Foi consultora do Banco Mundial; consultora da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional.
É gestora de Fundos Comunitários.



11

Carla Madeira
Licenciada em Gestão e Administração Pública.
É consultora em Administração Pública.



16

Paulo Machado
Doutorado em Sociologia, especialidade de Sociologia do Desenvolvimento e da Mudança Social, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
É investigador auxiliar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Chefe do Núcleo de Ecologia Social.



12

Diogo Leão
Estudante Universitário.
É dirigente associativo do ensino superior; presidente da Juventude Socialista de Lisboa.



17

Anabela Valente Pires
Licenciada em História.
Foi coordenadora da Biblioteca Municipal Central.
É membro da Administração da Fundação Museu Nacional Ferroviário.

LISTA DE CANDIDATURA SUPLENTES

18 Cátia Martins
Licenciada em Ciências da Comunicação - variante Publicidade e Marketing - pela Universidade Autónoma de Lisboa; é supervisora de Atendimento Geral em empresa de gestão de recursos humanos.

20 Manuela Gonçalves
Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.
É chefe da divisão de Habitação e Realojamento da Câmara Municipal da Amadora.

19 João Paulo Matos
Eng. Civil.
Membro da Ordem dos Engenheiros, da AAMBA, da SEDES, da Ass. Amizade Portugal EUA, da Ass. Forum Cidade; carreira no sector financeiro e em consultoria de gestão; leccionou no Instituto Superior Técnico e na COCITE.

21 Jorge Máximo
Licenciado em Estatística e Gestão da Informação
Licenciatura em Contabilidade e Administração Financeira Técnico Oficial de Contas
É Subdirector no Departamento de Planeamento e Contabilidade do Banco Espírito Santo.

22 Ana Lamy
Licenciada em Engenharia do Ambiente pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
É consultora em Engenharia do Ambiente.
É deputada municipal de Lisboa.

23 António Mega Ferreira
Escritor.
Foi Comissário da Expo 98.
Foi presidente do Conselho de Administração do Parque das Nações.
É presidente da Fundação Centro Cultural de Belém.

MANDATÁRIOS



Mandatário

José Miguel Júdice



Mandatário Financeiro

José Luís Saldanha Sanches



Mandatário Sénior

Raul Solnado



Mandatária para a Juventude

Margarida Vila-Nova